

ERNST CASSIRER

Conceito e objeto*

É um dos maiores méritos da *Crítica da Razão Pura* ela ter conferido, não apenas um enquadramento novo ao problema da relação entre ‘conceito’ e ‘objeto’, mas também um sentido *metódico* fundamentalmente diferente. Esta transformação tornou-se possível, sobretudo no que respeita a este problema específico, pela transição da lógica ‘geral’ para a lógica ‘transcendental’. Foi apenas por causa desta transição que a doutrina do conceito se libertou da estagnação causada pelo tratamento tradicional do problema. Em vez de encarar o trabalho do conceito como meramente dissecador e formal, salienta-se agora o seu aspeto produtivo e construtivo. Deixando de ser entendido como *cópia* mais ou menos distante e mais ou menos pálida de uma qualquer realidade em si e absoluta, o conceito transforma-se em *premissa* da experiência, ou seja, em condição da possibilidade dos seus objetos. A pergunta pelo objeto torna-se, em Kant, em pergunta pela validade, pergunta pelo ‘*quid juris*’. O ‘*quid juris*’ do objeto, porém, apenas pode ser averiguado se tivermos uma resposta à pergunta sobre o *quid juris* do conceito. O conceito é, pois, o patamar supremo e ulterior aonde se eleva o conhecimento no decurso da sua consciência objetual. Daí que a síntese da “apreensão na intuição” e a “reprodução na imaginação” necessitem ainda da “síntese da reconhecimento no conceito” como pedra que finaliza a construção do conhecimento ‘objetivo’. Conhecer um ‘objeto’ significa, pois, submeter o diverso da intuição a uma regra e determinando assim a ordem do diverso. Ora, o conceito é precisamente isso e nada mais: a consciência de uma tal regra e da respetiva unidade que esta confere. “Ergo deverá encontrar-se um fundamento transcendental para a unidade da consciência na síntese do diverso de todas as nossas intuições, e daí também dos conceitos dos objetos em geral e, conseqüentemente, de todos os objetos da nossa experiência, sem o qual seria impossível pensar um objeto que corresponde às nossas intuições: pois o objeto não é senão aquele algo acerca do qual o conceito exprime essa necessidade da síntese.”¹

A remissão dos problemas do conceito e do objeto ao problema da unidade da síntese coloca o conceito, de antemão, numa base muito mais alargada do que acontecera na “lógica geral”. Já não basta tomá-lo como mero conceito de género, como ‘*conceptus communis*’, pois é precisamente a este que falta o momento característico e decisivo: ele é apenas a manifestação da unidade *analítica* da síntese, não da unidade sintética. A representação da unidade analítica, porém, é necessariamente antecedida pelo pensamento da unidade sintética

* Tradução de Bernhard Sylla, revista por Cláudia Costa no âmbito do projeto de tradução de textos da Filosofia da Linguagem (Centro de Estudos Humanísticos, Universidade do Minho). Texto original: Cassirer, Ernst (1997). Begriff und Gegenstand; Sprache und Wissenschaft – Dingzeichen und Ordnungszeichen. In *Philosophie der symbolischen Formen*. Bd. 3: *Phänomenologie der Erkenntnis*. Darmstadt: Primus, pp. 367-416 [1929].

¹ *Kritik der reinen Vernunft*, 1ª ed., p. 106.

e da possibilidade da sua constituição. “Uma representação, para ser pensada como aquilo que é comum a representações *diversas*, deve ser do tipo de representações que, para além do momento comum, ainda possuem algo *diverso*; daí que esta representação deva ser pensada, de antemão, na unidade sintética com outras representações (bastando aqui que sejam possíveis), antes que eu possa pensar nela a unidade analítica da consciência que a torna em *conceptus communis*.”² Esta conclusão não tarda em contribuir larga e decisivamente para a conceção do caráter do *conceito de coisa*. A metafísica e a ontologia mais antigas tomam a unidade da coisa como unidade ‘substancial’, considerando a coisa como o idêntico que subsiste à alteração dos seus estados. Daí que seja algo que se distingue dos seus estados e ‘acidentes’, algo autónomo que subsiste em si. É o núcleo duro ao qual os acidentes se associam apenas exteriormente. Também aqui, a lógica transcendental transforma a unidade analítica da coisa numa unidade sintética. Já não toma a coisa como fio material *onde* se enfileiram as determinações mutáveis, antes é a própria coisa que mostra e exprime o método e a forma de sequenciações. “Se investigarmos o que o *relacionamento com um objeto* traz de novo às nossas representações e qual o valor que estas assim adquirem, então descobriremos que este relacionamento nada mais faz do que submeter, de certo modo necessariamente, a uma regra a junção das representações. Por outro lado, estas representações apenas obtêm a significância objetiva por causa da necessidade de haver uma certa ordem no relacionamento temporal das representações.”³ Daí que se desloque o problema central: já não se pergunta pelo ‘objeto’ enquanto objeto absoluto, mas antes pela ‘*significância* objetiva’, não pelas *propriedades* do objeto enquanto “coisa em si”, mas pela possibilidade do “*relacionamento com um objeto*”. Este relacionamento só e somente se constitui, porque o conhecimento não se limita a deparar-se com o fenómeno singular, tal como é dado no seu aqui e agora individual, ligando-o antes ao ‘contexto’ da experiência. É precisamente o conceito que *vai tecendo* esta textura e os milhares de ligações suas das quais se constitui a possibilidade da experiência. A primeira consequência deste seu trabalho reside na superação da discrição dos dados singulares empíricos, ao reuni-los num *contínuo*, i.e., no contínuo espaço-temporal. Para poder executar este trabalho da coordenação dos dados, o conceito precisa, no entanto, de criar regras fixas e universalmente válidas, subordinando a justaposição no espaço e a sucessão no tempo a determinadas leis. A síntese das percepções singulares no conceito, e graças ao trabalho do conceito, é aquilo que, para nós, constitui a ideia da ‘natureza’: pois esta ideia exprime nada mais, nada menos do que a existência das coisas, na medida em que são determinadas segundo leis universais.

Deste modo, o objeto da ‘transcendência’, no sentido metafísico da palavra, torna-se inacessível, porém, ele é ao mesmo tempo – e é apenas isso que caracteriza a teoria crítica do conhecimento – determinado como algo que, categórica e principalmente, não pertence ao campo da intuição. Pois tanto como, conforme as constatações que constam dos parágrafos iniciais da estética transcendental, aquilo dentro do qual as impressões são ordenadas não pode ser ele mesmo impressão, também a regra que sintetiza as diversas intuições não pode ser, ela mesma, intuição. Daí que aquilo que, face aos valores constantes da intuição se denomina de ‘objeto’, se torne num mero X, num ponto de síntese meramente *pensado*. “O que se entende pois sob um objeto que corresponde ao conhecimento ou que diverge do conhecimento? Compreende-se facilmente que este objeto deve ser pensado como um mero algo em geral, i. e., um mero X, uma vez que nada temos fora do nosso conhecimento que poderia ser contraposto ao nosso conhecimento como algo que lhe pode corresponder.”⁴ Foi preciso dispor desta concepção da ideia do objeto para fundar uma correlação estrita e exata entre ‘conceito’ e ‘objeto’. Deste modo, a apreensão do objeto já não pode ser entendida no sentido

² *Kritik der reinen Vernunft*, 2ª ed., p. 133, nota.

³ *Kritik der reinen Vernunft*, 2ª ed., pp. 242s.

⁴ *Kritik der reinen Vernunft*, 1ª ed., p. 104.

da sua *com-preensão*, i. e., da circunscrição plena pelo pensamento. O lugar de todas estas descrições imagéticas da relação fundamental do conhecimento ocupará, doravante, um relacionamento ideal puro: o relacionamento da *condição*. O conceito relaciona-se com o objeto porque, e na medida em que é a condição necessária e imprescindível da própria objetivação, é a única função para a qual pode haver objetos, ou seja, unidades concretas no fluxo instável da experiência.

Uma vez chegado a este nível de conhecimento, todas as representações do conhecimento que queiram voltar atrás ao transformar o relacionamento lógico de condição aqui exposto novamente num relacionamento específico entre coisas, a fim de explicar o primeiro, perderão a sua validade e, mais ainda, o seu sentido. Conhecimento e objeto não se enfrentam, como se fossem objetos espaciais, face a face, ‘aqui’ e ‘ali’, ‘aquém’ e ‘além’. Sabe-se agora que estas designações, que cunharam desde séculos a articulação e formulação do problema do conhecimento, são meras metáforas. O objeto não está nem fora nem dentro, nem no além nem no aquém, visto que o relacionamento com o objeto não é nenhuma relação ôntica-real, mas antes uma *relação simbólica*. De entre os psicólogos e filósofos da teoria do conhecimento foi nomeadamente Theodor Lipps que conseguiu chegar, ainda que por caminhos que se afastam muito dos de Kant, a uma formulação clara e concisa do problema fundamental aqui exposto. Nos seus primeiros escritos, porém, o relacionamento entre ‘consciência’ e ‘objeto’ é descrita ainda numa linguagem imagética espacial, como duas ‘esferas’ distintas e separadas uma da outra. A consciência, para colocar um objeto à sua frente e relacionar-se com este, tem de sair das suas fronteiras, sendo precisamente este sair e transitar, esta apreensão que se lança para o ‘transcendente’, a sua função propícia. Daí que seja, no fundo da sua essência, um “saltar para fora da sua sombra”. Esta descrição ainda que provisória virá a ser corrigida, pelo próprio Lipps, ao assumir explicitamente o seu caráter meramente metafórico. Pois o facto de o conteúdo da consciência se direcionar para algo objetual e representar este objetual não pode ser confundido, como Lipps agora salienta, com uma relação entre causa e efeito. O ‘designar’ nunca deve ser compreendido como um caso específico do causar nem derivado da causação em geral. “A relação entre uma aparência, no sentido *estrito* da palavra (e. g. do conteúdo sensitivo de uma onda sonora), e de algo real que lhe subjaz (a onda sonora no sentido físico), não é uma relação causal, mas antes uma relação de um tipo muito próprio, i. e., uma relação entre o símbolo e aquilo que, por este, é simbolizado. Nesta nova conceção *mantém-se* aquela relação simbólica peculiar, a ideia de um objeto real *dentro* de um conteúdo, a relação da *representação*... Isto não admira, visto que, nesta nova conceção, as ondas sonoras *substituem* aquilo que se tomava antes como o realmente existente, ou porque este último se *reconcebeu* como ondas sonoras.”⁵

Salientamos estas frases, porque apontam com particular clareza e realce para o ponto crucial em torno do qual giram, tanto na história da filosofia como do ponto de vista sistemático, os problemas do conceito e do objeto. Ambos foram tratados, frequentemente, como problemas meramente paralelos: a ordem das ‘ideias’ deveria acompanhar a ordem das ‘coisas’, correspondendo-lhe ponto por ponto. As aparentes paralelas determinam, no entanto, a partir de si mesmas, *um* ponto comum, ao almejar o fenómeno fundamental da ‘representação’. Chegado a este ponto, há que proceder, no entanto, a uma distinção mais aguda dentro do âmbito deste fenómeno geral. Já se tornou evidente que o conceito efetua o seu trabalho, já antes da sua formação explícita e propriamente *lógica*, no campo da *intuição*. Reúne os momentos básicos da intuição, entrelaça-os e relaciona-os – no entanto, todas as relações que se efetua desta maneira manifestam-se sempre de novo e repetidamente em configurações concretas, ou seja, como determinações destas. Não são relações meramente

⁵ Lipps, *Inhalt und Gegenstand; Psychologie und Logik*. Sitzungsberichte der Münchner Akademie, Philosophisch-philologische Klasse, 1903, p. 594; cf. particularmente o ensaio de Lipps “Das Denken und die Gegenstände”, in *Leitfaden der Psychologie*, 3ª ed., Leipzig, 1909, p. 12.

abstratas, apreendidas no ‘conhecimento’ puro, mas antes densificam-se em *configurações* da realidade intuitiva, estando, enquanto tais, perante nós. Já o dissemos antes⁶ que Helmholtz realçou, na sua teoria da percepção, a colaboração do ‘conceito’ precisamente nesta *formação primária de configurações*, vendo aí até uma das suas funções mais essenciais. Contudo, dever-se-á distinguir claramente entre os “conceitos intuitivos”, que nada mais são do que “a representação viva da lei” de uma sequência concreta de imagens intuitivas, e o conceito no sentido estrito e rigoroso, i. e., no seu caráter *especificamente* lógico. Aqui, o seu significado já não está associado a um substrato intuitivo, a um dado ou *dabile* qualquer, antes é pensado enquanto tal num *nexo estruturado de relações*, inserido num sistema de ‘juízos’ e ‘verdades’. A este duplo sentido, ou seja, a esta potenciação que se manifesta no conceito, corresponderá uma configuração dupla também na consciência do objeto. A primeira fase da constituição do objeto apreende o ser objetivo como ser intuitivo, i. e., como um ser inserido nas ordens fundamentais da intuição, nas ordens do espaço e tempo. ‘Encontra-se’ nestas ordens, ou seja, possui determinados contornos espaciais e tem uma determinada duração temporal. Mas, na medida em que o conhecimento científico progride e na medida em que cria as suas próprias ferramentas metódicas, soltar-se-ão os laços que prendem o conceito de forma imediata com a intuição. Já não está preso à ‘realidade’ das coisas, mas antes eleva-se à construção livre do ‘possível’. Aquilo que nunca e em lugar nenhum aconteceu – é precisamente isto que entra no âmbito do conceito e serve como norma ou medida intelectual. É justamente este o traço que distingue a ‘teoria’, no sentido estrito da palavra, da mera intuição. E a teoria apenas se realiza plenamente como teoria pura quando rompe com as limitações da intuição. Nenhuma teoria, nomeadamente quando é teoria exata ou teoria matemática dos eventos naturais, é possível sem que o pensamento puro se desapegue do solo maternal da intuição e avance para configurações de um caráter principalmente não intuitivo. E é aí onde se dá o último passo decisivo – pois são precisamente estas as configurações que passarão a ser os verdadeiros suportes do ser ‘objetivo’. Visto que somente com base nelas se deixam articular as leis do ser, serão elas que constituirão uma nova espécie de objetos que, face aos objetos de primeiro grau, deverão ser designados de objetos de ordem superior. Uma vez chegada a esse nível de entendimento crítico da própria metodologia, isto é, quando esta metodologia não apenas é utilizada, mas antes entendida, a ciência deverá rejeitar uma qualquer tentativa que pretendesse estabelecer uma relação de igualdade ou de semelhança entre os *seus* objetos e os da percepção ‘imediate’ ou da intuição. Ela entende que os primeiros e os últimos se relacionam uns com os outros, porém, os primeiros jamais se deixam derivar dos últimos, porque uma qualquer tentativa de derivação iria anular o trabalho específico do pensamento científico – iria transformar a apreensão do mundo e do nexo estrutural do mundo numa simples duplicação daquilo que é dado.

Contudo, o conhecimento desta *diferença* alberga em si um *dilema* lógico. Não será – podemos assim perguntar agora – que a demonstrada diversidade configurativa no interior da consciência objetual está em contradição com a sua tarefa? Não será que o objeto, quando pensado, deve ser pensado como estritamente *unívoco*? A diversidade, o movimento, a transição de um degrau para outro – tudo isto parece dar-se apenas na consciência, não dizendo respeito ao próprio ser que é visado e que se pretende exprimir na consciência. O *ser*, pelo menos, apenas pode ser entendido como polo oposto, como oposição ao movimento, como o seu fim fixo, inalterável e inabalável. Neste fim, aparentemente já não pode haver diferenciações e graus de realização, vigorando antes apenas uma alternativa simples: a do ἔστι ἢ οὐχ ἔστι de Parménides. Meros ‘pensamentos’ podem sim conviver com facilidade e deixam-se diferenciar segundo graus de generalidade – mas no reino das ‘coisas’ que chocam umas com as outras no espaço, uma tal compatibilidade não se dá. Onde uma coisa repousa, a

⁶ Cassirer refere aqui uma parte do texto que antecede o texto aqui traduzido (N. d. T.).

outra não pode estar: teremos de tomar uma *decisão* clara no que respeita à pretensão de ‘realidade efetiva’. E qualquer que seja a decisão, ela implicará sempre e desde já um sacrifício. Teremos de escolher entre os conteúdos ‘imanescentes’ da consciência, a realidade no modo como ela se oferece à sensação imediata, à percepção e à intuição, e aquele ser que vai além, o ser ‘transcendente’ ao qual a teoria e o conceito científico nos levam. Se agarrarmos este ser, considerando-o como o verdadeiro e autêntico ser, então o primeiro mundo corre o perigo de se diluir numa mera fantasmagoria dos sentidos. Das qualidades ‘subjetivas’ da cor, do som, etc., nada resta no mundo ‘real’ das coisas científicas. Por outro lado, se colocarmos o peso da ‘realidade’ no outro prato da balança, os ‘objetos’ da teoria, os átomos e elétrons, tornar-se-ão em meras abstrações: a ‘matéria’ das ciências naturais não se pode legitimar perante a percepção pura, despedaça-se ao confrontar-se com ela. Todavia, este ou-ou, tal como sempre de novo nos aparece na história do problema do conhecimento, contém em si mesmo uma premissa dogmática encoberta, porque *postula* aquilo que ainda haveria para demonstrar: incorre numa *petitio principii*. A visão do mundo *substancial*, de facto, procura no ‘ser’ algo definitivamente fixo, tomando-o como propriedade, como predicado, pertencente a alguns sujeitos e ausente em outros. Para uma aceção ‘crítica’ do conhecimento, tal alternativa já não é válida, pois ela deixou de conceber o ser como designação de um “predicado real”. O que aqui se chama ‘objeto’ do conhecimento obtém o seu significado determinado pelo facto de ser relacionado com uma determinada forma ou *função* do conhecimento. Entre estas funções já não há nenhuma competitividade ou concorrência, mas antes uma relação de correspondência e complementaridade correlativas. Nenhuma delas nega a outra, nem a elimina, antes acolhe-a, para a inserir, de cada vez e de maneiras diversas, num respetivo *nexo* sistemático, que por sua vez é a base para a configurar e a determinar de novo. É apenas nesta espécie de *síntese* que podem ser encontradas a explicação e a fundamentação do ‘objeto’ do conhecimento. Se este último, conforme o dito de Kant, nada mais é do que “o algo, em relação ao qual o conceito exprime uma tal necessidade de síntese”, então a pergunta pelo seu ser não pode ser respondida independentemente da pergunta sobre o *sentido* da necessidade de síntese e das suas condições. Não é, no âmbito desta conceção básica, de modo algum contraditório que este sentido não “se dá” de vez, *constituindo-se* antes numa sequência gradativa de esboços, percorrendo uma série de *fases* de constituição de sentido antes de alcançar a sua verdadeira e adequada determinação. Daí que vigore, nesta região da validade, um outro tipo de complexão e uma outra ‘imbricação’ dos diversos momentos e possibilidades de validade do que seria pensável no patamar do mero ‘ser’. Que se pensa ‘o’ objeto como sendo um *único*, não exclui que esta unidade ela mesma se construa, como unidade *funcional*, paulatinamente. Esta deve percorrer uma série de determinações e não coincide, nem com um momento particular desta série, nem com o *momento final*, com o qual a série se encerra definitivamente, pois ela é antes o *princípio* todo-inclusivo da série que determina a sua lógica de procedimento.

Conforme o que foi dito e o que já se nos mostrou, é óbvio que já o mero objeto de percepção não é dado imediatamente, mas apenas mediadamente, na *apresentação* e ‘representação’ da percepção. Apenas do ponto de vista de uma tal apresentação se poderá falar da unidade de uma ‘coisa’. A própria percepção atual enquanto *processo* não sabe nada, no seu constante fluir, de uma tal unidade. A cada conteúdo que aparece neste fluxo segue-se um outro que ocupa o lugar do primeiro, cada configuração que aparentemente se está a formar não tarda a ser empurrada novamente para a corrente do processo onde desaparece imersa. Que estes dados fragmentários e variáveis encontram, não obstante, uma articulação no seio do todo de um ‘objeto’, apenas se torna possível porque são tomados não como meros fragmentos, mas antes como elementos complementares, como expressões diversas da *totalidade* de um determinado sentido. O percurso desta apreensão transcende o imediatamente dado duplamente. Num primeiro passo, colocam-se os conteúdos da percepção

sob o aspeto da *continuidade*, e num segundo passo sob o aspeto da *coerência*. Até o sensualismo rigoroso não pôde esquivar-se do reconhecimento deste facto: até mesmo *Hume* ensina que a ‘coisa’ não é de modo algum um mero agregado de percepções singulares, sendo antes que a ideia de um objeto idêntico consigo mesmo apenas se constitui graças aos conceitos de continuidade e coerência. Que *Hume* declara estes conceitos como meras ficções, como uma ilusão da nossa imaginação que é necessária devido a leis psicológicas gerais e que, daí, não mereça ter um valor objetivamente lógico, é uma consequência exigida pela lógica da sua doutrina.⁷ Que se ignora assim a verdadeira dignidade e o verdadeiro poder fundacional inerente à pura síntese, foi mostrado na *Crítica da Razão Pura*, sobretudo na secção onde se explica a ‘realidade efetiva’ como “*postulado* do pensamento empírico”. Trata-se de um tal postulado precisamente quando, por assim dizer, mandamos parar as impressões sensitivas efémeras e fugidias, ou seja, quando lhes conferimos uma substancialidade que transcende o espaço de tempo da sua presença e da sua manifestação imediatas. Esta substancialidade, num primeiro momento e visto apenas sob o aspeto da sua qualidade, não transcende o domínio da percepção enquanto tal, pois é o conteúdo da percepção *ela mesma* que é repetido e, por assim dizer, provido com um determinado índice de ‘duração’. O pensamento, no entanto, não se contenta com este ‘complemento’ e esta integração temporais. Não apenas estende o conteúdo e o espaço de tempo em que este se dá atualmente, para o além deste, mas averigua também as suas *alterações* ao perguntar pela lei destas. Estas alterações, desde que ocorrem, devem dar-se não apenas aleatoriamente, mas antes são pensadas como obedecendo a determinadas *regras*. Esta exigência obriga o pensar a fazer ainda mais um passo à frente. Pois torna-se evidente que o estabelecimento de *regras* exatas para a alteração não se consegue fazer desde que se tenta definir os *elementos* para as quais estas regras deverão ser válidas, através das determinações obtidas pela mera percepção. Há que alargar e aprofundar esta definição: a qualidade peculiar, o ser-assim da percepção não pode afigurar como limitação no âmbito da tarefa da determinação do ser do seu objeto. O conhecimento, se não quer prescindir da interpretação das impressões e quer entendê-las como fazendo parte de um todo *compreensível*, vê-se assim impelido para uma ainda maior transmutação. Terá de fundar não apenas novas conexões entre os próprios conteúdos percecionais, mas terá de mudar também os próprios conteúdos na sua consistência, para encontrar expressões conceitualmente rígidas para as conexões entre eles. Deste modo, o mundo sensível vem a ser suportado por um outro mundo ‘ideal’, um mundo dos sentidos e da teoria pura, uma vez que apenas para os elementos deste último se podem formular leis de conexão, sem as quais as impressões singulares não seriam legíveis como experiências. Em sentido estrito, apenas assim há ‘objetos’ para o conhecimento: conteúdos que se mantêm *fixos* e que se inserem numa ordem inequívoca.

Segue daí que se deve, para aceder ao domínio do *conhecimento* puro, transmutar radicalmente o conteúdo da percepção de modo que este seja, num sentido verdadeiramente próprio, ‘transcendido’. Todavia, não se deve entender falsamente a transcendência *de sentido* como transcendência *ôntica*, pois a primeira subordina-se a um princípio que nada tem a ver com a segunda. A transição é uma transição no *sentido*, não no *ser* – daí que não possa ser apreendida e explicada suficientemente com base na relação fundamental que regula e domina as relações no âmbito do ser. A relação *simbólica* do ‘significar’, o modo como a ‘aparência’ se relaciona com o ‘objeto’, *exprimindo-o* através desta relação, não pode ser pensada como se fosse um caso específico de uma relação *causal*, subordinada e subsumida ao “princípio da causa”. O que dificulta a apreensão adequada da diferença específica, ou seja, o que faz com que haja uma certa tentação de deduzir relações de sentido a partir de relações causais e explicar as primeiras com base nas segundas, é sobretudo uma equivocação que inere ao

⁷ Cf. *Hume, Treatise on human nature*, p. IV, sect. a.

conceito de ‘signo’ e ao seu uso. *Husserl* salientou decididamente que se deve distinguir claramente entre os signos verdadeiramente simbólicos, i.e., os signos propriamente significativos, e os signos que são meramente ‘*sinais*’ [‘*anzeigende*’ Zeichen]. Nem a todos os signos inere um significado, no sentido como se pensa a palavra como suporte de um significado. Também no domínio dos seres e eventos naturais uma coisa ou um evento pode tornar-se signo de uma outra coisa ou evento, desde que haja uma ligação empírica constante, sobretudo através da relação de ‘causa’ e ‘efeito’. Deste modo, o fumo pode ‘designar’ o fogo, a trovoadas o relâmpago. Este tipo de signos, porém, como *Husserl* realça, não exprimem nada – a não ser que eles tenham, para além da função de servir como sinal, ainda uma outra função significativa. “O significar não é uma espécie de ser-signo no sentido do sinal.”⁸ O perigo da dissolução e do nivelamento desta diferença fundamental ocorre frequentemente, nomeadamente quando a função do signo é perspectivada sob um qualquer ponto de vista *específico* em vez de ser tomada como função primária e *universal*, e sobretudo quando é tomada, de antemão e exclusivamente, *sub specie* da formação de conceitos nas *ciências naturais*. Uma vez que estas são regidas pela norma e pelo domínio do pensamento causal, também costumam transferir quase que irrefletidamente todos os problemas que surgem na, por assim dizer, linguagem da causalidade, havendo apenas assim a possibilidade de os entender. Com peculiar nitidez acontece este processo de transferência na teoria do conhecimento de *Helmholtz*. De entre todos os físicos modernos foi ele quem destacou com maior ênfase que os conceitos da física matemática jamais deveriam reivindicar *ser como* objetos reais, antes somente poderiam desempenhar a função de signos para estes objetos. “As nossas sensações” – diz *Helmholtz*, justificando assim a sua posição – “são (...) efeitos, suscitados por causas exteriores aos nossos órgãos, e como um tal efeito se realiza depende, como é óbvio, essencialmente do tipo de aparelho que é afetado. Na medida em que a qualidade da nossa sensação nos dá uma mensagem da particularidade do impacto exterior pelo qual foi provocada, esta pode valer como *signo*, se bem que não como *cópia*. Porque de uma cópia exige-se que haja, de uma ou outra maneira, igualdade com o objeto copiado, de uma estátua igualdade de forma, de um desenho igualdade da perspectiva da projeção no campo visual, e de uma pintura acrescenta-se ainda a igualdade das cores. Um signo, porém, não precisa de ser em nada semelhante com aquilo cujo signo é. A relação entre ambos restringe-se a que o mesmo objeto, ao efetuar o mesmo impacto sob condições iguais, evoque o mesmo signo, de modo que signos diferentes correspondem a impactos diferentes.”⁹ Ao usar o conceito de signo desta maneira, misturam-se indistintamente duas concepções diferentes, sem que se desse conta disso. Num lado encontra-se o signo na sua função puramente ‘deíctica’, enquanto algo que aponta para um objeto, que intenciona e intende o objeto. Este algo, no entanto, transforma-se, por outro lado, numa determinação *causada* por este mesmo objeto. O objeto ‘intencional’ ao qual a percepção se dirige e o qual *representa*, torna-se assim uma coisa real que, por assim dizer, se esconde por ‘detrás’ da percepção, e que apenas indiretamente se deixa captar pelo conhecimento, através de uma inferência que vai do efeito à causa. Saímos assim da esfera do puro ‘significar’ e entramos na esfera dos raciocínios e das inferências mediatas, estando com isso entregues a toda aquela insegurança que é característica para todos aqueles processos que se têm de socorrer de mediações. Visto mais de perto, torna-se manifesto que a função de causalidade desempenha em *Helmholtz*, tanto na sua teoria da percepção como na estrutura da sua teoria de conhecimento, uma função dupla e, no fundo, ambígua. Ela é a “condição da compreensibilidade da natureza”, porque é a condição da possibilidade de sintetizar a diversidade das observações empíricas numa ordem rigorosamente uniforme, chegando assim a conceitos de ‘objetos’ empíricos. A forma do

⁸ Husserl, *Logische Untersuchungen*, II, pp. 23ss.

⁹ Helmholtz, *Handbuch der Physiologischen Optik*, 2ª ed., p. 586.

pensamento causal, no entanto, empurra-nos para um caminho totalmente diferente: em vez de apreender a mera *conexão* dos fenômenos enquanto tal, estamos impelidos para inferir deles enquanto efeitos as suas *causas* desconhecidas e, no seu em-si, para sempre incognoscíveis. Para estes dois momentos assaz diferentes emprega Helmholtz, na sua doutrina, o mesmo conceito de ‘signo’. A sensação serve como signo: primeiro no sentido de que aquilo para o qual ela aponta não é outra coisa a não ser o *próprio* contexto da experiência. “Designar algo de coisa, antes da percepção ou independentemente dela,” – assim formulara a *Crítica da Razão Pura* – “significa portanto ou que teremos de encontrar esta percepção no decorrer da experiência, ou que não tem significado nenhum. Se não começarmos com a experiência ou se não avançarmos segundo as leis da conexão empírica das impressões, toda a empresa de adivinhar ou investigar a existência de uma qualquer coisa será vã.”¹⁰ Poder-se-á dizer que toda a justificação desenvolvida por Helmholtz na sua “Ótica Fisiológica” tomou como paradigma metodológico e, por assim dizer, como mote estas frases de Kant. Também para Helmholtz, o único caráter da ‘realidade’ das impressões que podemos afirmar com toda a certeza consiste na prova da sua conexão segundo leis inteiramente empíricas. A par disto e carecendo de uma qualquer mediação, encontra-se, porém, a outra concepção que coloca Helmholtz novamente no seio de todas as dificuldades da ‘teoria da projeção’. Os signos que, para nós, *significam* algo de objetual seriam eles mesmos, agora, *causados* pelo objeto – e a tarefa do conhecimento parece consistir agora em nada mais do que na inversão deste processo causal. O caminho do causar vai do ‘fora’ para ‘dentro’; o caminho do saber, porém, tem de transformar o interior num exterior, ou seja, tem de inferir de uma sensação dada um não dado ou um que jamais pode ser dado, i.e., um ‘além’ da sensação. Mas já o *esboço* desta inferência é problemático, uma vez que a alegada dependência causal da ‘sensação’ face à ‘coisa’ não tornaria a sensação apta para ser o signo da coisa. A aqui suposta relação *real* não contém nenhuma razão suficiente para a relação *representativa* que se pretende explicar pela primeira. A sensação deveria, para poder apontar para o objeto e para poder apresentá-lo, não apenas *ser* um efeito deste, mas deveria, para além disso, *saber-se* como efeito deste; mas a possibilidade de um tal saber é incompreensível desde que não saíamos do círculo dos signos meramente ‘indicativos’, i.e., dos sinais, e que entremos no círculo dos autênticos signos própria e verdadeiramente ‘significativos’.

A razão sistemática e mais profunda das dificuldades levantadas reside em que se, de todo, envida o esforço de querer explicar uma relação *principalmente não intuitiva* através de analogias emprestadas do mundo dos objetos perceptíveis e das suas relações. O caráter e o sentido específicos da categoria pura do *sentido*, através da qual se constitui o “relacionamento da representação com o objeto”, não se deixa explicar com base em quaisquer determinações do ser – sejam estas causais ou de igualdade, ou de semelhança entre coisas ou relações entre ‘todo’ e ‘parte’. Em vez de se apoiar em quaisquer propriedades de coisas dadas, ou na imagem de uma realidade já dada, deve remontar-se, muito antes, às condições puras da *possibilidade de suposição* de uma ‘realidade’ em geral. Porque, e na medida em que o conceito puro pertence a estas condições, pode o pensamento relacionar-se nele e graças a ele a objetos e pode reivindicar ter uma significação objetual. Isto afigura-se mais nítido quando entendemos o conceito no sentido estritamente lógico como *função de uma frase* e quando o definimos através desta função. A fórmula de uma tal função proposicional $\varphi(x)$ deixa-se usar para com ela demonstrar todas aquelas contradições teóricas que se levantam no âmbito dos posicionamentos sobre os problemas do conceito e do objeto, e para trazer estas contradições a uma expressão precisa e clara. O posicionamento sensualista julga poder captar as funções do conceito e do objeto ao atentar nos valores dos *variáveis* que entram nestas funções e ao tentar, simplesmente, coordená-los. Entende o φ como se fosse ele

¹⁰ *Kritik der reinen Vernunft*, 2ª ed., p. 274.

próprio um x , ou se fosse a soma dos x , i. e. $x_1 + x_2 + x_3$, etc. O outro posicionamento parte da *distinção* dos elementos relacionados entre si mesmos pela função da frase, conferindo ao conceito uma validade lógica própria, assim como confere ao objeto uma realidade ‘transcendente’ própria, distinguindo-o assim rigorosamente dos dados ‘imanescentes’ da consciência. Contudo, julga poder assegurar ambas estas suposições apenas ao cortar, por assim dizer, a função $\varphi(x)$ ao meio. Não apenas se confere assim à *relação* φ uma peculiar ‘dignidade’, antes ela é também elevada ao possuir um ser ‘absoluto’, separado e incondicionado. Todavia, o sentido e conteúdo desta mesma relação consiste em nada mais do que na extração do momento por meio do qual os respectivos valores dos variáveis se deixam determinar e nos aparecem, seguidamente, como determinados. Com isso, nada se altera em relação ao facto de que a função φ , e os respectivos valores dos variáveis, pertencem a *tipos* de pensamento totalmente distintos que não se deixam reduzir um ao outro. Por outro lado, isso também não quer dizer que esta irredutibilidade significasse que os dois tipos de pensamento seriam *separáveis* um do outro. Pois é óbvio, para mencionar apenas um exemplo, que a unidade da ‘coisa’ jamais se resume numa ‘aparência’ singular, e.g. numa perspectiva espacial particular, sendo antes apenas determinável com base na totalidade das possíveis perspectivas e nas leis da sua conexão. Cada manifestação singular ‘representa’ a coisa sem jamais, enquanto singular, poder verdadeiramente *coincidir* com ela. Neste âmbito, também é válido para o idealismo ‘crítico’ que a mera ‘manifestação’ aponta para algo que a transcende, ou seja, que ela é “manifestação de algo”. Este algo, porém, não é nenhum novo *absolutum*, nenhum ser ôntico-metafísico. Se bem que aquilo que representa, i.e., o presente, e aquilo que é representado não sejam idênticos, é óbvio que um e outro apenas adquirem um sentido compreensível se forem vistos, reciprocamente, um em relação ao outro. A função ‘é válida’ para os valores singulares, precisamente por não ‘ser’ ela própria um valor singular – e, inversamente, os valores singulares apenas ‘são’ desde que se relacionem segundo a maneira exprimida pela função. O singular e discreto apenas subsiste no âmbito da conexão do geral, seja este entendido como geral do ‘conceito’ ou do ‘objeto’ e, inversamente, o geral apenas se pode manifestar no particular, não se podendo comprovar e autenticar a não ser enquanto ordem e regra para o particular. Desta forma, se queremos compreender a validade específica do conceito e o caráter da objetualidade empírica, vemo-nos remetidos à função do sentido que se compõe de momentos de sentido essencialmente diversos, sem que isso implicasse que estivesse de uma maneira qualquer dividida em si mesma. Pois nenhum verdadeiro sentido é puro e simplesmente simples, antes é uno e duplo – e esta polaridade que lhe é inerente não o destrói nem o destrói, antes representa a sua verdadeira consumação.

Linguagem e ciência

Signo de coisa e signo de ordem

As observações até aqui desenvolvidas sobre a conexão entre o *problema do conceito* e o *problema do objeto* remeteram-nos para as perguntas gerais e principais da lógica e da crítica do conhecimento, e poderá parecer que nos desviámos do nosso caminho, perdendo de vista o nosso objetivo principal e sistemático. A nossa pergunta, pois, não pretendia visar nem o problema lógico do significado, nem o problema epistemológico enquanto tal, mas ambicionava antes entender ambos apenas na sua relação com um terceiro momento, i.e., o problema do signo e da designação. Todavia, quanto mais aprofundamos a abordagem da estrutura do conceito e do conhecimento objetual em si, mais longe de vista parece ficar o

terceiro problema. Porque, por mais longe que se estenda a ideia do ‘nominalismo’, jamais será possível *reduzir* o problema do sentido ao problema da designação, deduzindo-o sem resto deste último. O sentido mantém-se, como algo essencial e lógico, como o verdadeiro $\pi\rho\acute{o}\tau\epsilon\rho\nu\ \tau\eta\ \phi\upsilon\sigma\epsilon\iota$. Ele manifesta-se como cerne e centro, ao passo que a designação, face a ele, é remetida, cada vez mais, para a ‘periferia’. Quanto mais claramente se determina na lógica moderna o conteúdo do conceito enquanto configuração relacional pura, mais decididamente se costuma tirar a conclusão que o *nome*, face ao *sentido* ideário da configuração, não passa de algo secundário e ‘exterior’. “Um conceito”, diz por exemplo *Burkamp*, “é uma conexão de relações aplicável ao indeterminadamente diverso. Este conceito torna-se, no nosso pensamento, numa unidade, e em casos importantes é designado com um nome. O nome, a palavra, tampouco é o conceito, como não sou, eu próprio, o meu nome. O nome, comparado com o conceito, é algo exterior, não tem nada a ver com a essência de um conceito (...). Entendendo uma nova instalação mecânica, esta torna-se para mim um conceito sem que tivesse que lhe dar um nome. A conexão funcional, aplicável a algo indeterminadamente diverso, é o conceito. O nome é um apêndice útil. Serve, em primeira linha, como marca ou meio de expressão do conceito.”¹¹ Um tal ‘signo abreviativo’, ao que parece, não pode reivindicar para si um valor ‘autônomo’. A sua função restringe-se meramente à representação – e um qualquer conhecimento terá que aprender, em última análise, a dispensar o auxílio de tais representações e encarar as coisas frente a frente no seu puro “em si”. Tornar-se-á conhecimento no sentido estrito somente se tiver aptidão para tal, ou seja, quando se liberta do invólucro tecido à sua volta pela linguagem e pela palavra.

Contudo, aí, na relação entre a formação linguística e a formação científica de conceitos, deparamo-nos com a mesma dialética que encontramos num domínio espiritual totalmente diferente, na passagem da consciência mítica à consciência religiosa. A consciência religiosa, ao libertar-se num esforço árduo do mundo imagético do mito, opondo-se-lhe e confrontando-o, também não conseguiu prescindir dele. Teve de escolher o caminho que passou pelo centro desse mundo imagético. Não pôde vencer as figuras míticas ao desmenti-las e despojá-las, mas apenas ao mantê-las, penetrando-as precisamente assim com um outro sentido.¹² Na relação da ciência e da sua “lógica pura” com a linguagem deparamo-nos novamente com a mesma oposição. Toda a ciência de rigor exige que o pensamento se liberte da coerção da palavra, tornando-se face a ela autônomo e emancipado. Contudo, também esta libertação não pode ser alcançada ao virar simplesmente as costas ao mundo da linguagem. O caminho perpassado pela linguagem não pode ser abandonado, antes tem de ser perseguido até ao seu fim e para além deste. O pensamento almeja alcançar o além da esfera da linguagem, mas ao fazer isto retoma uma tendência originariamente inerente à própria linguagem e nela efetiva, como motivo vivo, desde os alvares da sua evolução. Apenas agora, nas mãos da ciência, revelar-se-á esta tendência na sua plena força e pureza, liberta da, por assim dizer, mera potencialidade e realizada em plena eficiência. Por outro lado, reside nisto igualmente que também a nova realidade espiritual que está a emergir, ou seja, a energia máxima do conceito puramente científico, se mantém vinculada, como que por um laço invisível, à linguagem. Por mais longe do mundo sensível que o conceito puro se levantar, imergindo no reino do ideal e do ‘inteligível’, sempre terá de voltar, de uma ou outra maneira, ao órgão “feito à maneira do mundo e da terra”, que é a linguagem. O ato da libertação da linguagem, que é indispensável, revela-se como mediado e condicionado pela própria linguagem.

Pois o prosseguimento do caminho, que vai do conceito linguístico ao conceito científico, não se faz pela negação nem pela simples *inversão* dos processos espirituais, nos quais se fundamenta a constituição da linguagem, mas antes pela sua continuação e pela

¹¹ *Burkamp*, *Begriff und Beziehung*, Studie I, p. 7.

¹² Cf. a este respeito o capítulo final, “A dialética da consciência mítica”, do segundo volume da *Filosofia das Formas Simbólicas*.

intensificação do seu grau de idealidade. A mesma força espiritual que fez surgir os conceitos linguísticos do patamar dos conceitos ‘intuitivos’ transforma agora os conceitos linguísticos em conceitos ‘científicos’. Vimos antes como a função da representação vigora já no domínio da “visão do mundo natural”. Somente devido à ajuda desta função, o mundo dos sentidos se podia transformar nos mundos da ‘intuição’ e da ‘representação’. Este processo de formação revelou-se, porém, como que entrelaçado com a ‘matéria’ do sensível. Se bem que *usada* como mero meio de apresentação, a representação pareceu *consistir*, do ponto de vista meramente hilético, da mesma matéria do que a do mundo sensível. Daí que tenha resultado, desta relação ambígua, sempre de novo o perigo de um retrocesso nivelador: a distinção entre conteúdo e função, mal tinha sido introduzida, correu o perigo de perder-se novamente; pois desde que a representação, enquanto apresentação, precisar de uma *imagem* intuitiva como suporte, não se distinguirá de um modo suficientemente claro e principal deste seu suporte. O olhar do espírito deter-se-á, demasiado facilmente, nos pormenores desta imagem em vez de a tomar apenas como ponto de partida e ponto de passagem, i.e., como meio para alcançar o ‘sentido’. Somente a linguagem traz aqui uma viragem nova e decisiva. A palavra da linguagem distingue-se da imagem intuitiva precisamente pelo facto de se ter despejado de uma qualquer matéria sensitiva. Se considerarmos a palavra a partir do aspeto da sua consistência sensitiva, ela parece fugidia e indeterminada: um jogo de sopros de ar. Contudo, é precisamente este carácter fugidio e inapreensível em que se fundamenta, do ponto de vista da sua função representativa, a sua supremacia, uma vez que a palavra deixou de possuir uma, por assim dizer, ‘massa’ autónoma e autossubsistente com a qual pudesse resistir à energia do pensamento relacional. Tornou-se recetível a uma qualquer forma que o pensamento lhe quer imprimir, porque não é nenhum ser em si, nada de concreto ou de substancial, recebendo antes o seu sentido da *frase* predicativa e do contexto da fala.¹³ Apenas na dinâmica viva do discurso a palavra recebe o seu conteúdo peculiar, apenas aqui *torna-se* naquilo que é. É precisamente por causa disso que a linguagem se revela como ‘veículo’ poderoso e imprescindível do pensamento – como que uma roda de transmissão que incorpora o pensamento no círculo do seu movimento perpétuo, arrastando-o consigo. À intuição sensitiva singular, ao invés, é vedada tal mobilidade livre, precisamente por causa da sua plenitude concreta e determinação estática. Se bem que, no seguimento do exposto, não se possa negar a possibilidade de um “pensar sem palavras”, será mesmo assim evidente que um tal pensar dependa de mais elevada maneira do aqui e agora dado, do que ocorre no pensamento linguístico. Apenas neste último, o *nível particular* do conceito destaca-se clara e distintamente da esfera do perceptível e do intuitivamente representável. A pura função da palavra de nomear efetua, falando com Platão, um primeiro corte afiado entre o reino dos *λόγοι* e o dos *πράγματα*.¹⁴ Ainda que a palavra não crie o conceito, tampouco é um mero apêndice exterior a ele. Muito antes é um dos meios mais importantes para a sua *atualização* – para a sua desvinculação do imediatamente percebido e intuído. Não obstante esta desvinculação possa parecer como uma espécie de queda no pecado do conhecimento que leva à sua expulsão do paraíso do concreto e individual, certo é que este momento constitui ao mesmo tempo o início do *trabalho* do espírito rumo ao ilimitado, através do qual este conquista e configura o *seu* mundo.

Se procurarmos evidenciar o modo e o rumo deste processo a partir de um ponto de vista *genético*, veremos que os factos da *psicologia do desenvolvimento* se encontram em boa

¹³ Falando com todo o rigor, isto é, porém, apenas válido num patamar onde a palavra é compreendida clara e distintamente, no seu carácter puramente representativo e simbólico, onde portanto o nome não é tomado, como no pensamento mítico, como *parte* real daquilo que designa. Enquanto reina ainda esta última prática, o nome manterá a sua solidez e vinculação substancial: a “hipóstase” mítica transforma-o num ser espiritual demoníaco. (Cf. o volume II de *Filosofia das Formas Simbólicas*, pp. 53ss.).

¹⁴ Platão, *Fédon*, 99d ss.

consonância com os resultados da nossa análise puramente sistemática. Também no desenvolvimento individual se deixa identificar ainda com suficiente clareza o ponto onde ocorre a separação dos dois mundos, ou seja, a viragem das ‘representações’ meramente ‘genéricas’ aos ‘conceitos’ linguísticos. As primeiras deixam descrever-se psicologicamente como ‘representações esquemáticas’, “que de facto ainda são ‘representações’, i.e., possuindo determinação intuitiva, cujo modo de manifestação, no entanto, já não é tão detalhado e individualizado como as representações mnemónicas particulares. São como que abstrações sensitivas, simplificações que todavia se mantêm no âmbito da intuição sensitiva.” O progressivo desenvolvimento, porém, transcenderá este estágio. “O esquema tem ainda uma certa semelhança, por mais vaga que seja, com a intuição, pelo menos quando esta é recordada. Pouco a pouco, porém, vai-se perdendo a necessidade de representar a pretensa referência pela via da semelhança, bastando um vestígio de intuitividade para *designar* o estabelecimento da referência ao objeto, i.e., a intenção: o esquema passará a ser o mero *signo*.” Apenas com esta viragem entramos no domínio da linguagem e do verdadeiro pensamento conceptual.¹⁵ Um resultado análogo obter-se-á quando se distingue a especificidade da linguagem humana, das formas e dos tipos de uma ‘semântica’ desenvolvida, de uma maneira mais ou menos clara, no reino dos animais. Também na vida das comunidades animais deparamo-nos com o facto de que o animal comunica com os seus congêneres através de certos ‘signos’. Uma abelha, por exemplo, regressa de um determinado lugar onde descobriu alimentação à sua colmeia, para atrair as suas congêneres, através de certas movimentações, ou seja, através da sua ‘dança’, para voarem à fonte de alimentação descoberta. A cada uma das suas congêneres dará uma prova do odor específico da flor que colheu, e esta prova servirá às outras abelhas que se põem à procura do lugar como meio de ‘orientação’ e ‘sinal de reconhecimento’, guiando-as para o sítio de origem deste odor. Se procurarmos distinguir este modo de significação e ‘comunicação’ da ‘função de representação’ da linguagem humana, seremos conduzidos a *duas* especificações fundamentais. “Concentremo-nos na nossa análise crítica” – assim explicita *Bühler* – “na função sígnica do odor da flor transmitido aos outros. Quando as abelhas, seguindo o seu instinto, rastreiam o campo do seu voo, o odor da flor talvez tenha o mesmo efeito que um sinal de memorização tem para nós. Visto mais de perto, faltarão, no entanto, a toda esta situação dois momentos nos quais se baseiam o grau de liberdade incomparável e o domínio de aplicação praticamente irrestrito das designações humanas. Em primeiro lugar: a *desmaterialização* dos signos. Pois é, e tem de ser sempre, o suporte material do odor da flor em que se baseia a comunicação entre as abelhas, enquanto os sinais no âmbito das designações humanas por nomes possibilitam a transmissão sem suporte material. (...) Somente se (a destinatária da amostra material do odor) fosse capaz de transmitir o seu sinal de memorização a outras congêneres *sem precisar novamente de usar vestígios das respectivas amostras materiais*, somente com esta independência (...) seria alcançada a base para a comparação com a linguagem humana.” Acrescenta-se a isso o segundo momento da ‘separabilidade’. Os ‘nomes’ dos quais a linguagem humana se auxilia já não são nenhuma *parte* da coisa que referem: não são apensos a esta coisa enquanto propriedades reais ou ‘acidentes’, antes pertencem a um domínio próprio puramente ideal. Somente os dois aspetos juntos, o passo da amostra material ao verdadeiro signo e a principal *possibilidade de separar* o signo das coisas para as quais funciona como signo, constituirão a particularidade e o sentido e valor da linguagem humana.¹⁶ Ora, são também e precisamente estes os dois aspetos nos quais se fundamenta essencialmente o progresso conseguinte: o progresso dos ‘signos nominais’ aos puros ‘signos conceptuais’ da ciência teórica. Nesta ciência está concluído

¹⁵ Para mais detalhes cf. W. Stern, *Psychologie der frühen Kindheit*, 3ª ed., Leipzig 1923, pp. 301 ss.

¹⁶ Karl Bühler, *Die Krise der Psychologie*, Jena 1927, pp. 51 ss.

aquilo que nos signos nominais apenas se encontrava embrionária e potencialmente. Pois, por mais claramente que fosse que a palavra se distinguisse dos *conteúdos singulares* da intuição, opondo-se-lhes como instância autônoma e dotada de um determinado conteúdo ‘lógico’, não se pode negar que ela sempre se agarra, com todos os seus membros orgânicos, à *totalidade* do mundo intuitivo. Mesmo quando a palavra funciona como expressão meramente relacional, quando já não serve de todo como indício para algo dado, desempenhando em vez de uma função deíctica uma função meramente predicativa, ainda se nota esta sua vinculação ao mundo intuitivo. Tivemos ocasião, na análise do desenvolvimento estrutural da linguagem, de observar como a função predicativa emana da função deíctica, ganhando forma apenas pouco a pouco e gradualmente. Toda a determinação lógica de relações empresta ao menos os *meios* da sua articulação linguística da esfera das relações intuitivas, particularmente das *espaciais*. Até mesmo a cópula do juízo, o ‘é’ da frase puramente predicativa, manifestou-se como, por assim dizer, saturada de conteúdo intuitivo: o ‘ser’ e o ‘ser-assim’ lógicos não se podiam articular a não ser transformando-os num qualquer modo de ser intuitivamente ‘presente’. Daí que a linguagem seja conduzida, como que por uma coerção interior, a esbater a fronteira entre ‘essência’ e ‘existência’, entre ‘essência’ conceptual e ‘realidade’ intuitiva.¹⁷ A análise do desenvolvimento de determinados sufixos mostrou com toda a evidência como o núcleo dos ‘significados’ formais destes sufixos tinha de ser, pouco a pouco, extraído da ‘matéria’ sensível – e como o sentido da relação formal não se deixava captar a não ser com a ajuda de palavras com referências materiais.¹⁸ Aqui, a formação de conceitos e a ‘terminologia’ científica dão um passo a frente. Nelas, liberta-se o uso dos signos de todos os condicionalismos restritivos da sensibilidade. O processo da ‘desmaterialização’ tal como o da ‘separação’ avançam: o signo, por assim dizer, desvincula-se da esfera das *coisas* para se tornar um puro signo relacional e *signo de ordem*. Já não visará nenhuma *configuração* específica para a trazer à ‘representação’ imediata, como que colocando-a, no seu perfil perceptível, perante o olhar da mente. A sua abstração visa antes expor algo de genérico, uma determinação formal ou estrutural que, não obstante a sua possível exemplificação num caso singular, nunca se esgotará neste. Para captar esse genérico, não bastará ater-se a conteúdos específicos, tal como se apresentam à percepção e intuição imediatas e dar-lhes um ‘nome’, nem à reunião de grupos mais extensos de fenómenos em unidades, como acontece na formação de conceitos linguísticos de classificação. Esta reunião deverá seguir antes um determinado *plano* sistemático: deve prosseguir, metodicamente, do ‘simples’ para o ‘complexo’. Por meio desta exigência, a ‘semântica’ da ciência é impelida para além da esfera da linguagem ‘natural’. Já não pode emprestar as suas designações desta esfera, antes é forçada a criá-las por si mesma, em consonância com a sua própria exigência de completude e inequivocidade. Apenas assim, a ‘atividade’ do signo, já originalmente contida nele e que deu à palavra da linguagem o seu peculiar cunho espiritual,¹⁹ emana em plena pureza e em plena força: o ato da formação espiritual não se inicia agarrando-se a uma qualquer matéria contingente e dada exteriormente, mas antes é ele que se dá a si próprio a matéria que necessita e à qual pode imprimir o cunho da sua determinação.

Destarte, evidencia-se, por um lado, clara e distintamente, a *diferença* que existe entre a formação linguística e a formação científica de conceitos, se bem que esta diferença não apague a *continuidade* entre ambas. Por mais distante que o conceito científico esteja do linguístico e sobre ele se eleve, não significa isto que a transição dum para outro seja uma *μετάβασις εἰς ἄλλο γένος*. Porque é precisamente o ‘logos’ que desde o início vigorava na formação da linguagem e que, progredindo para o conhecimento científico, se veio a libertar das vinculações restritivas que o prenderam inicialmente – transitando da sua configuração

¹⁷ Cf. [*Filosofia das Formas Simbólicas*], vol. 1, caps. IV e V, especialmente pp. 295ss.

¹⁸ Cf. [*Filosofia das Formas Simbólicas*], vol. 1, pp. 284ss.

¹⁹ Cf. [*Filosofia das Formas Simbólicas*], vol. 1, pp. 19ss. e *passim*.

implícita para a sua configuração explícita. Esta relação, porém, apresentar-se-nos-á de um modo diferente se virmos a linguagem não como configuração lógica, mas antes como configuração meramente *estética* – como configuração que não apenas se eleva sobre a esfera da pura ‘intuição’, mas que se mantenha sempre, permanente e essencialmente, a ela vinculada. Uma filosofia da linguagem, que coloca no centro das suas atenções o momento estético em vez do lógico, entenderá a diferença entre o pensamento linguístico e o lógico não apenas como diferença, mas antes como fosso abismal. “Não há”, afirma *Vossler* em consonância com essa posição, “nenhumas transições cómodas, amenas ou impercetíveis entre o pensamento linguístico e o lógico, ou seja, não há sequer sucessão contínua, nem transição por degraus, seja em sentido ascendente, seja em sentido descendente; há, apenas, desligação. (...) O que quer ganhar vida no pensamento lógico, deve perecer e petrificar no pensamento linguístico. O pensamento apenas se pode tornar conceito se sair da larva da vida linguística anterior, libertando-se da pupa morta. Estes (...) restos ou carcaças deixaram de ser formas linguísticas dotadas de um sentido imediato, sendo antes apenas uma espécie de vestígios ou pegadas que o logos deixou como marca quando saltou para a frente. No seu aspeto pálido, formal e petrificado e no esquematismo gramatical ainda se pode estudar e reconhecer, retrospectivamente, o trabalho que o pensamento lógico tinha de efetuar para se libertar do linguístico.”²⁰ Por mais acertada que seja esta imagem, ela encobrirá ainda uma outra conclusão sistemática daquela que *Vossler* dela tirou. Posto que se dá, ao progredir da linguagem ao conceito lógico, uma verdadeira transformação, não será esta transformação ela mesma ainda evolução? Se bem que o logos na linguagem pareça não ter saído do estádio de larva, não terão as forças que o possibilitarão mais tarde de quebrar a carcaça em que está envolto já com eficácia real? Se não estou errado, o próprio *Vossler* também é levado, no desenvolvimento da sua ideia principal, a esta posição. Por mais agudamente que ele realce a oposição e a tensão entre linguagem e ciência, ele também alega que, precisamente no momento da maior distância e alheamento, se daria uma inversão, uma “viragem especulativa e reflexiva”. Precisamente pelo facto de o conceito abstrato, nesta viragem, se tornar dialético descobre o pensamento lógico a sua própria natureza e a unidade dela com a natureza da linguagem. Mas como o pensamento pode *descobrir* esta unidade se esta não fosse, de uma ou outra maneira ou até mesmo apenas latentemente, o seu “princípio subjacente”? *Vossler* fala aqui de um “regresso do pensamento a si mesmo, nomeadamente pelo modo como o percurso do pensamento linguístico, primeiro isento de dúvidas e meramente externo, foi acordado dos seus sonhos e criticamente iluminado pelo conceito lógico. Este último, portanto, não destrói nem nega o primeiro, apenas o intercepta no seu deambular sonambúlico para o orientar no caminho.”²¹ Tomando como base o resultado das nossas investigações sistemáticas, não há necessidade alguma para objetar esta formulação da tese de *Vossler*. Teremos, no entanto, de realçar perante ela que aquela “viragem reflexiva” da qual *Vossler* fala, não obstante ser alcançada apenas além da linguagem, já será reconhecível e de uma certa maneira preparada e antecipada no seu aquém, porque a palavra da linguagem ela mesma jamais se reduz a um mero produto da intuição, contendo antes em si um ato de ‘reflexão’. A primeira marca da memorização consciente era – como sublinhava *Herder* – “palavra da alma”, ou seja, um acordar do “sonho leve de imagens”, das vivências meramente sensuais.²² É devido à natureza do próprio espírito que o “regresso a si mesmo” não se realiza num único ápice isolado do seu desenvolvimento, mas que antes determina e vigora no seu *todo*. Sempre de novo, como que em altitudes diferentes, começa o mesmo procedimento característico – e que é o que conduz tanto à separação entre o mundo da intuição ‘imediate’ e o mundo dos conceitos linguísticos, como à separação dos conceitos lógico-científicos dos conceitos linguísticos.

²⁰ *Vossler, Sprache und Wissenschaft, (Geist und Kultur in der Sprache, Heidelberg 1925 (VIII), pp. 220ss.).*

²¹ *Vossler, op. cit., pp. 227ss.*

²² *Herder, Über den Ursprung der Sprache, cf. vol. I, p. 96.*

Pois o processo do “encontro da marca relevante”, da formação do conceito qualificativo, toma o seu início na linguagem, se bem que apenas na ciência seja conduzido para vias fixas e sistemáticas. O que ali começa aleatoriamente, é dirigido aqui metodicamente para um fim bem determinado. Já o conceito linguístico, e a primeira função da ‘denominação’, não seriam possíveis sem que se captasse um “uno no múltiplo”, fixando-o com o olhar do espírito. A diversidade dos conteúdos percebidos ou intuídos é colocada sob um determinado ‘ponto de vista’ e graças a ele visionado como unidade. Cada conceito linguístico fixa, deste modo, um determinado ponto central ou foco no qual convergem os raios que advêm dos diversos domínios do ser sensível, penetrando-se, por assim dizer, mutuamente nele. Mas todos estes centros existem ainda isoladamente, ainda que não formem nenhum todo unido e homogéneo. O espaço linguístico e cognitivo parece-se mais com um mero agregado do que com um sistema: é constituído de sítios e lugares singulares que ainda carecem de uma conexão completa e contínua. Na medida em que a linguagem se desenvolve, esta carência será cada vez mais suprida. Pois o processo do falar não consiste meramente em cunhar cada vez mais ‘nomes’ e significados singulares, mas antes no facto de eles entrarem em relações mútuas e reciprocamente determinantes. Cada frase predicativa pode ser vista como um esboço neste sentido, uma vez que relaciona o sujeito com o predicado, e ambos se determinam reciprocamente. Cada conceito singular recebe o seu sentido completo apenas através deste trabalho inacabado de determinação. Somente as conexões múltiplas e imprevisíveis no âmbito da totalidade do discurso, nas quais o conceito se insere, dar-lhe-ão o seu conteúdo e a sua configuração. Daí que estes últimos nunca deverão ser entendidos como se fossem fixos ou estáveis, como determinados de uma vez por todas. Constituem-se antes pela sua produção e preservação no permanente fluxo do discurso, no seu vaivém e na sua oscilação. A linguagem não flui calmamente no leito de um rio desde sempre estabelecido, ela, muito antes, tem de cavar este leito em cada sítio sempre de novo – ela própria é este fluir vivo que, sempre de novo, faz emanar novas configurações de um grau superior. Nisto reside a sua verdadeira e originária força, se bem que, simultaneamente, do ponto de vista do conceito e do pensamento conceptual, também a sua carência. Pois o conceito, no seu sentido rigoroso, pretende pôr um fim e uma finalidade a este vaivém: ele exige estabilidade e *univocidade*. Toda a indeterminação e inexatidão que a linguagem tem de permitir no seu *dever*, pretende superá-la e extingui-la no seu *ser*. Ainda que o conceito precise e exija a representação num ‘signo’ simbólico, não se contentará com um signo qualquer, antes faz determinadas *exigências* às quais o mundo dos signos, em que está submerso, deve corresponder. A primeira destas exigências é o postulado da *identidade*: para o ‘mesmo’ conteúdo deve escolher-se sempre o ‘mesmo’ signo. A ‘margem de manobra’ inerente ao significado, essencial no caso da linguagem e que lhe permite a sua mobilidade, o facto de se dever tomar a palavra ora neste ora noutro ‘sentido’, tem de ser agora eliminado, conscientemente. Almeja-se uma coordenação rigorosamente unívoca entre ‘signo’ e ‘sentido’. Neste postulado fundamental está contida ainda uma outra exigência. Cada novo conceito adotado no todo do pensamento científico é, de antemão, relacionado com o todo das *possíveis* formações de conceito. O que significa e o que é depende da sua validade neste todo. Toda a ‘verdade’ que lhe pode ser adstrita depende da *validação* contínua e estável perante a totalidade dos conteúdos e postulados do pensamento. Desta exigência aos conceitos segue a outra exigência aos *signos* dos conceitos, nomeadamente a de que devem formar um *sistema* fechado em si mesmo. Não basta que se associe aos conteúdos particulares de pensamento um qualquer signo particular; antes pelo contrário, estes signos devem estar relacionados segundo uma ordem fixa, de modo que a inteira conceptualidade dos signos se estrutura segundo uma regra. Tal como um conteúdo de pensamento é fundamentado por outro e “se funda” nele, assim também um signo deve fundar-se no outro, i.e., deve ser *deduzível* do outro conforme uma determinada lei de formação. Esta exigência, porém, apenas se pode cumprir com todo o rigor onde o conceito

satisfaz todas as condições de ‘exatidão’, onde é suscetível de uma ‘definição’ que o circunscreve e o determina em todos os seus aspetos. A *tendência* para uma tal determinação vigora no conceito também nos casos em que a natureza dos objetos, visados pelo conceito, colocam limites à *realização* plena desta determinação. Mesmo nos casos em que o conceito procura ajustar-se à intuição concreta e individual, tentando esgotá-la e entregar-se a ela, nunca visa a intuição *enquanto* intuição singular, mas antes procura integrá-la no *contínuo* das suas formas e entendê-la a partir deste contínuo. O conceito particular procura a “comunidade dos conceitos” – o *eidós* e o *genos* particulares almejam, falando platonicamente, a *κοινωνία τῶν γενῶν*. Este lograr não se pode contentar com a mera diversidade dos signos tal como existe na linguagem com as suas palavras, antes pretende que os signos, eles próprios, possuam uma determinada *estrutura*, segundo a qual um signo não apenas está um ao lado do outro, mas antes que nasça do entrelaçamento com os outros e segundo um determinado princípio *transparente*.

Para cumprir esta nova tarefa que se lhe aqui coloca, será no entanto preciso que o signo se liberte muito mais decisiva e energicamente do âmbito da sensibilidade do que acontecera no domínio da linguagem. Também a palavra da linguagem se tinha de elevar acima deste âmbito, porém, sempre a este regressou. Desenvolve a sua força na função pura do ‘indicar’, mas mesmo assim continua a procurar, em última análise, apresentar o objeto a que se refere a indicação, de uma ou outra maneira imediatamente. Vimos antes como a linguagem opera repetidamente desta maneira, no que concerne à formação das partículas deícticas, que serviram como ponto de partida para determinadas formas originárias gramaticais. Lá onde estas partículas – que designam o ‘aqui’ e o ‘acolá’, a proximidade espacial e a distância do locutor, a direção locutor-ouvinte ou ouvinte-locutor – surgem pela primeira vez, revestem-se ainda de uma tonalidade assaz sensível. São intimamente fundidas com o *gesto* direto do mostrar através do qual se distingue uma coisa singular do âmbito do imediatamente *percecionado*. A formação primitiva das palavras espaciais da linguagem, a formação dos pronomes demonstrativos, do artigo, etc., em todos estes campos se pode ainda reconhecer esta unidade primária de linguagem e gesto. Todas estas palavras eram, inicialmente, nada mais do que metáforas fónicas que receberam o seu significado da totalidade da situação efetiva em que foram pronunciadas.²³ E mesmo nos casos em que a linguagem já se libertou da vinculação com o presencial-sensitivo, lá onde ela se elevou à relação entre conceitos puramente intelectuais e ‘abstratos’, ainda lhe inere esta atração pelo imagético. Também aqui ela tenta dar um corpo ao conceito, apreendendo-o ao recorrer a determinadas características corpóreas. O sensualismo costuma fazer questão deste carácter ‘metafórico’ de todo o falar para tirar daí a conclusão que também todo o pensar, no fundo, é determinado pela sensibilidade e a ela vinculado.²⁴ Esta conclusão, porém, apenas seria válida – se de todo o fosse –, se o simbolismo, do qual o pensar se serve e do qual mesmo o pensamento ‘puro’ não pode prescindir, fosse dependente *exclusivamente* da linguagem. A evolução do pensamento ensina, porém, o contrário: demonstra que o pensamento não apenas utiliza os signos previamente dados que a linguagem lhe oferece, mas antes que, mal entra num novo estádio, cria signos cuja forma corresponde aos seus próprios fins. Estes ‘signos de conceito’ distinguem-se das palavras da linguagem pelo facto de não se lhes apegar nenhum ‘sentido colateral’ sensitivo – não são portadores de nenhuma matriz sensitiva, de nenhum ‘colorido’ individual. Tornaram-se antes, enquanto meios de ‘expressão’ e meios de uma ‘representação’ sensitiva, puros portadores de significação. O que neles é ‘intencionado’ e intentado está fora do âmbito da percepção efetiva e até da percepção possível. A linguagem jamais pode romper com este âmbito e sair dele definitivamente: mesmo nos casos em que se dirige enquanto *discurso*, enquanto

²³ Para mais detalhes cf. [*Filosofia das Formas Simbólicas*], vol. 1, pp. 132ss., 139ss., 152ss., 165ss. e *passim*.

²⁴ Cf. [*Filosofia das Formas Simbólicas*], vol. 1, pp. 74ss.

‘logos’ objetivo, a algo definitivamente insensitivo, apenas pode designar este insensitivo a partir do ponto de vista do *locutor*. Nunca é só e somente enunciado, antes vem sempre acompanhado de um modo, de uma forma individual de dizer, pela qual o sujeito falante se exprime *ele mesmo*. A todo o discurso vivo inere esta dualidade, esta polaridade de sujeito e objeto. O discurso não apenas visa determinados estados de coisas, mas exprime também a posição do sujeito acerca destes estados de coisas. Em inúmeras e mais sublimes *nuances*, na alternância dos acentos dinâmicos, no tempo e ritmo, nas oscilações e mudanças da ‘melodia frásica’ exprime-se esta participação íntima do eu no conteúdo do enunciado. Despojar o discurso desta ‘tonalidade emocional’ significaria eliminar o seu batimento cardíaco, o seu pulso e a sua respiração. Por outro lado, há sim um estádio no desenvolvimento do espírito que exige precisamente este sacrifício. Deve progredir a uma *apreensão* pura do mundo, na qual todas as perspectivas particulares resultantes da consideração *daquela que apreende* são eliminadas. Uma vez posta esta exigência e reconhecida conscientemente a sua necessidade, deve passar-se pelas colunas de Hércules montadas pela linguagem. E é apenas nesta transição que se avança para o domínio da verdadeira ‘ciência’, ou seja, da ‘ciência’ rigorosa. Nos signos simbólicos e conceitos *dela* é eliminado tudo que, de uma ou outra maneira, possui apenas valor expressivo. Aqui nenhum sujeito singular, mas apenas a coisa ela mesma deve “tomar a palavra”. Parece significar isto, por um lado, uma desmesurada atrofia, pois a movimentação da linguagem parece agora parada e a sua “*forma interior*” imobilizada numa mera *fórmula*. Mas aquilo que esta fórmula carece em termos de proximidade vivencial e plenitude idiossincrática, é recompensado, por outro lado, pela sua universalidade, abrangência e validade geral. Nesta generalidade superam-se não apenas as diferenças individuais, mas também as nacionais. O conceito plural ‘as línguas’ perde o seu direito e virá a ser afastado e substituído pela ideia da *characteristica universalis* que sobe ao palco como ‘*lingua universalis*’.

E é apenas assim que alcançamos o lugar de nascimento do conhecimento matemático e matemático-científico. Do ponto de vista do nosso problema geral podemos dizer que este conhecimento entra em função no preciso momento em que o pensamento rompe a carcaça da linguagem – não para ficar doravante sem invólucro algum, sem roupagem simbólica alguma, mas antes para ingressar numa forma simbólica deveras e principalmente diferente. A palavra da linguagem, na sua variabilidade, mutabilidade e polissemia oscilante deve agora ceder espaço ao ‘signo’ puro na sua determinação e constância de significado. “Perante os conceitos matemáticos e conceitos das ciências naturais”, assim realça também Vossler, “todas as línguas enquanto entidades exteriores valem o mesmo. Estes conceitos são capazes de habitar em qualquer língua, visto que fixam a sua residência apenas na forma exterior da língua, ao passo que esgotam e esvaziam a forma interior. Os conceitos matemáticos de círculo, triângulo, esfera, número, etc., e os conceitos das ciências naturais de força, matéria, átomo, etc., desenvolvem a sua cientificidade plena e rigorosa precisamente pelo facto de todo o sensível e fantástico, todo o pensar mítico e linguístico que neles porventura ainda vagueie, se vai exterminando.”²⁵ E todavia, não significa esta exterminação que haja uma quebra na vida do espírito, antes manifesta-se nela a unidade da lei à qual o espírito segue na sua evolução. Pois é precisamente este processo de ‘desmaterialização’ e de ‘separação’, que se mostrou tão eficaz nos primórdios da linguagem, que agora regressa num novo patamar, sofrendo aí uma intensificação dialética, uma agudização e potencialização. Parece abrir-se um abismo entre o conceito científico e o conceito linguístico, porém, visto mais de perto, este abismo é o mesmo fosso profundo que o pensar já anteriormente tinha de superar para se tornar pensamento linguístico. Olhando para aqueles exemplos de ‘semântica’ animal que tratámos anteriormente, mostrava-se-nos a sua limitação fundamental no facto de que estavam

²⁵ Vossler, *Sprache und Wissenschaft*, op. cit., p. 225.

intimamente vinculados a um instante singular, a uma situação percecional singular e presencial. Esta vinculação ao aqui e agora é característica para todas as formas de ‘comunicação’ no âmbito da vida dos animais. Se uma abelha transmite a informação sobre um determinado odor de uma flor que descobriu aos congêneres da sua colmeia, esta transmissão realiza-se através do meio de uma ‘participação’ real e material. O odor deve ser transposto, do lugar onde estava, para o campo sensível dos congêneres que se quer atrair para voar ao encontro do odor, deve, literalmente, ser ‘transportado’ à colmeia para poder servir de sinal e impulso para as outras abelhas se dirigirem ao lugar da descoberta. Seja que se associem a esta forma simples pouco a pouco outras mais complicadas, seja que se estabeleça através de ligações intermediárias um “contato de ordem superior”, será sempre a presença sensível do objeto que estabelece este contato, que fornece ao signo a sua ‘inteligibilidade’.²⁶ Somente a linguagem humana supera esta vinculação a uma situação imediatamente dada e de caráter sensível, somente ela é capaz de se lançar verdadeiramente para o que se situa espacial ou temporalmente *distante*. E este lançar-se para o que está longe, esta apreensão que se lança para o longínquo torna-se o primeiro começo de toda a compreensão.²⁷ Mas o pensamento chega, afinal, a um ponto onde aquele tencionar que se lança às profundezas do espaço e do tempo já não basta, mas onde se lhe impõe um progresso e uma transição de um modo totalmente diferente e difícil de obrar. O que lhe é solicitado agora é que se despeça não apenas do aqui e agora, do respetivo lugar espacial e instante temporal, mas antes que transcenda a totalidade de espaço e tempo, as limitações da representação intuitiva e as da representabilidade em si. Como se separava antes do solo maternal da intuição, separa-se agora do solo maternal da linguagem. Contudo, este esforço ulterior e supremo não poderia ser bem-sucedido se o pensamento não passasse antes pela escola da linguagem. Aí adquiriu e reuniu as forças que o levantarão até mesmo acima delas. Foi a linguagem que lhe ensinou a perpassar e a inteirar-se do âmbito da realidade sensível, que o conduziu das singularidades sensíveis ao todo, à totalidade da intuição sensível. Agora, já não se contenta com esta totalidade, mas exige que haja, para além dessa totalidade, também a necessidade e a validade geral. Aí, a linguagem fracassa; já não é capaz de satisfazer essas exigências. Por muito que nela vigorem, na sua estrutura, as forças fundamentais da ‘razão’, é óbvio que cada língua particular representa uma “visão do mundo subjetiva” e particular da qual não se quer e nem se pode libertar. Esta diversidade e diferenciação é, antes, o ambiente em que as línguas se desenvolvem – é por assim dizer o único ambiente, o ar em que a linguagem consegue respirar. Se passarmos agora das palavras da linguagem aos caracteres da ciência pura, nomeadamente aos símbolos da lógica e da matemática, então parece que entramos numa espécie de vácuo. Mas, contrariamente ao que se poderia julgar, este avanço não para nem elimina a movimentação do espírito, antes pelo contrário, faz com que este se descubra verdadeiramente a si mesmo, como algo que tem o princípio e o começo do movimento em si mesmo. O ‘veículo’ da linguagem de palavras que o suportava deixou de o fazer – mas agora é suficientemente forte e crescido para ousar voar para o seu novo destino.

Ao tentarmos perfilar as diversas etapas deste caminho, teremos que começar com um processo que, à primeira vista, ainda parece pertencer inteiramente ao domínio da formação da linguagem ou, pelo menos, estar profundamente enraizado nele. Toda a formação exata de conceitos toma o seu início no âmbito do *número*, na determinação e designação da “sequência natural dos números”. A sequência dos signos numéricos é o primeiro exemplo e doravante o modelo prototípico para a formação de todos os ‘signos de ordem’ puros. Contudo, se bem que, destarte, a forma pura da ciência comece com a forma do número, é igualmente claro que o começo do número pertence a uma camada diferente e bastante mais

²⁶ Cf. a este respeito as análises de Bühler, *op. cit.*, pp. 40ss.

²⁷ Cf. [*Filosofia das Formas Simbólicas*], vol. 1, pp. 128s.

remota do que a formação rigorosamente científica de conceitos. Não há, pois, nenhuma fase na formação da linguagem onde não há, se bem que embrionariamente, a formação do número e a distinção entre unidade e pluralidade através de meios linguísticos. As formas do número e do contar são daí o elo essencial com base no qual se poderá evidenciar nitidamente a relação entre pensamento linguístico e científico, tal como a sua diferença específica. Se retrocedermos às primeiras origens do contar, chegaremos a um domínio onde a linguagem, aparentemente, ainda não possui nenhuma significação própria, nenhuma ‘autonomia’. Linguagem fónica e gestos ainda não estão separados, mas intimamente imbricados. O sentido do ato de contar não pode ser apreendido a não ser na execução de uma respetiva movimentação corporal, de um ‘*gesto* específico de contar’. Daí que o conjunto dos números e do contável não ultrapasse o círculo destes gestos. O número, nesta fase primitiva, parece-se mais com um ‘conceito manual’ do que com um ‘conceito cognitivo’. Tivemos ocasião de evidenciar a presença desta ligação aquando da nossa análise da configuração dos numerais nas línguas dos ‘povos primitivos’. Notávamos que nomeadamente nestas línguas a ‘função representativa’ e objetiva praticamente não existe: os numerais servem menos para referir factos ‘objetivos’, antes são diretivas ou, por assim dizer, imperativos para certos procedimentos movimentais. O nome que corresponde a ‘cinco’, por exemplo, diz que a mão com a qual se realiza a contagem deve ser fechada em punho, o que corresponde a ‘seis’, que se deve ‘saltar’ de uma mão para a outra.²⁸ Parece-nos que a “vinculação com o sujeito” e o aprisionamento na esfera do sujeito dificilmente pode ser maior, uma vez que o sujeito não apenas deve estar presente como Eu individual, mas também como este determinado corpo individual e material, para que se possa distinguir as várias fases do ato de contar. Contudo, manifestar-se-á já neste modo primitivo de contar um motivo que aponta para uma direção nova e diferente. Ainda que estes numerais primitivos sejam, na sua configuração linguística, bastante sensíveis e ‘materiais’, isto não lhes retirará nada da função que devem desempenhar. Aparentam-se intimamente com os nomes para coisas: os nomes para a mão, para os dedos da mão e do pé, usam-se simultaneamente como nomes próprios para determinados números. Mas não é nem a *própria* mão nem os dedos que são ‘referidos’ e intencionados na enunciação do respetivo numeral. Antes é que tudo depende de que os respetivos nomes das coisas se repitam numa *determinada sequência* que deve ser firmemente memorizada, de modo que os nomes singulares se repetem sempre segundo a mesma *ordem*. Uma vez satisfeita esta condição, cada elemento que faz parte da sequência transcenderá a sua significação inicial: tendo sido primeiro mero signo de coisa, torna-se agora em *signo de um lugar numa determinada sequência*. Quando os aborígenes da Nova Guiné mencionam primeiro os dedos da mão esquerda, e depois o pulso, o cotovelo, o ombro, o pescoço, o peito, à enunciação destes nomes das partes do corpo não subjaz o intento de indicá-los enquanto objetos sensíveis, mas antes o propósito de distinguir as diversas *fases* do ato de contar. O nome da coisa serve como ‘índice’ da contagem, indicando no escopo da sequência total um passo ‘anterior’ e outro ‘posterior’. *Até que ponto* esta diferenciação se aplica pode variar, podendo haver limitações significativas, de modo que apenas se designa com um nome próprio o respetivo primeiro e segundo elemento da sequência, ou porventura ainda o terceiro e quarto, possuindo-se para tudo que se situe além disso apenas uma expressão que corresponde a ‘indeterminadamente muitos’. Mas mesmo nesta limitação extrema pode encontrar-se uma nova função e orientação do pensamento, uma vez que a palavra se torna, agora, expressão de uma *operação* do espírito, por mais simples que seja. Ainda continua a agarrar-se quase que timidamente na intuição de objetos singulares sensíveis, mas mesmo assim apreende neles simultaneamente, se bem que no início com pouca exatidão e segurança, um momento da sua

²⁸ Cf., para mais detalhes, [*Filosofia das Formas Simbólicas*], vol. 1, pp. 187ss., e particularmente Levy-Bruhl, *Das Denken der Naturvölker*, pp. 155ss.

‘forma’, um momento não relacionado com o simples ‘Quê’ destes objetos, mas antes com o modo segundo o qual estes objetos se encaixam na ordem da sua própria esfera e *se relacionam* mutuamente um com o outro.

O conceito *científico* do número surge na medida em que este primeiro começo se liberta de todas as limitações arbitrárias, elevando-o rigorosamente ao genérico. Para o conseguir, é preciso um *sistema universal de signos de ordem* que, partindo de um ato tético inicial, avança segundo princípios claramente determinados e universais. Já não se devem colocar limites exteriores a este avanço, ou seja, o critério e a medida para a formação destes signos de ordem não pode ser a quantidade das ‘coisas’ que se deixam distinguir na percepção sensível ou na representação imaginativa. Estes signos passarão a ter agora um caráter meramente ideal: designam, para falar com Leibniz, ordens do possível, não do real. A análise da linguagem, porém, esclareceu-nos sobre as dificuldades que se opuseram a esta “viragem para a ideia” e sobre os obstáculos e constantes revezes aos quais o pensamento estava exposto, neste caminho rumo a si próprio. Passo a passo se deixam evidenciar aqui as transições e mediações. O número, inicialmente, não possui nenhum sentido ‘abstrato’ e autónomo, podendo aparecer apenas *naquilo que se conta* e padecendo aí de todas as suas especificidades e particularidades. Não se relaciona indistintamente com “coisas em geral”, mas apenas com determinadas classes de coisas, de modo que se torna necessário usar numerais diferentes para diferentes categorias de objetos. Pessoas e coisas, coisas animadas e inanimadas, objetos planos, compridos ou curvos necessitam para a sua designação de grupos diferentes de numerais. O *conceito* matemático de número distingue-se do *numeral da linguagem* precisamente por se ter libertado de todos estes constrangimentos e interferências. Superou a heterogeneidade que parecia impor-se ao pensamento devido à diversidade dos *objetos*, e conseguiu avançar à homogeneidade, ao género e *eidos* ‘do’ número.²⁹ Os diversos números já não têm, para além do seu lugar numa determinada ordem, nenhum ser isolado, nenhuma ‘individualidade’ no sentido de algo concreto. Ao distinguir a mera forma da *relação* numérica de tudo que nela entra, o pensamento depara-se com a aplicabilidade ilimitada desta forma. Resulta daí uma infinidade do número por assim dizer qualitativa e quantitativa: quantitativa, porque pode aplicar-se a *operação* da qual resulta um determinado número concreto novamente a este seu resultado, qualitativa, porque o *princípio* devido ao qual se estabelecem ordem e sequenciação é independente da *natureza* do conteúdo no qual uma determinada sequenciação relacional se manifesta. “É um velho dito que nos diz” – assim reza um fragmento sobre a característica universal de Leibniz – “que Deus criou tudo segundo a medida, o peso e o número. Há, porém, coisas que não têm peso. São aquelas que não possuem nenhuma potência ou força. Também há coisas que não têm partes e que, daí, não permitam medição. Mas não há nada capaz de se esquivar ao número. Daí que o número seja, por assim dizer, uma figura metafísica e a aritmética uma espécie de estática do universo pela qual se investigam as forças das coisas.”³⁰ Esta universalidade ontológica do número reside em que com ela se fica munido de uma medida universal e ideal da análise. Esta medida torna-se aplicável desde que uma qualquer diversidade de conteúdos – não importando de modo algum como esta é constituída – preencha a condição da possibilidade de identificação dos seus elementos e da sua ordenação e estruturação sob um determinado ponto de vista. *Platão*, na sua filosofia da natureza, compreendeu o espaço como forma originária de todo o ser material, uma vez que constituiria o ‘princípio de acolhimento’, o *πρῶτον δεχτικόν* para tudo que é material, ou seja, porque todas as configurações materiais não seriam outra coisa a não ser determinações particulares da forma geral de espaço. De modo semelhante, o reino dos números é, por assim dizer, o domicílio para a apreensão e compreensão de ordens concretas.

²⁹ Cf., para mais detalhes, [*Filosofia das Formas Simbólicas*], vol. 1, pp. 191ss.

³⁰ Leibniz, *Philosophische Schriften*, ed. por Gerhardt, vol. VII, p. 184.

Logo que disponha de um sistema universal de signos, como é o caso do número, abrir-se-á ao pensamento a possibilidade de captar todo o ser, visado por ele, como sistematicamente determinado e sob os aspetos da generalidade e necessidade.

Um dos traços mais marcantes do perfil da matemática *moderna* reside no facto de se ter apercebido da universalidade lógica do conceito puro do número e ter construído o sistema da análise numérica com base nela. Não obstante a diversidade por vezes profunda *nos aspetos particulares* das tentativas de fundamentação do conceito de número, é bem reconhecível, nas obras de *Cantor e Dedekind, Frege e Russell, Peano e Hilbert*, um consenso relativamente à questão metódica *onde* se deve procurar esta fundamentação. Enquanto – há apenas algumas poucas décadas – um pensador distinto como *Helmholtz* ainda procurava fundamentar o conceito de número *grosso modo* empiricamente, podemos constatar hoje que o empirismo, no sentido próprio, tem vindo a perder muito terreno *neste* domínio. Desde a refutação clássica da “aritmética de bolachas e seixos” de *Mill* por *Frege* parece ter-se chegado a um esclarecimento definitivo. Tal como Frege define e deduz o ‘número’, este já não pode ser entendido como propriedade de uma ‘coisa’, menos ainda de uma coisa perceptível pelos sentidos, mas apenas como propriedade de um *conceito*. “Se eu digo: a carroça do Imperador é puxada por quatro cavalos” – assim Frege nos seus *Fundamentos da Aritmética* – “então junto o número quatro ao conceito ‘cavalo que puxa a carroça do Imperador’”.³¹ *Dedekind* escolhe aqui um caminho diferente; contudo, também ele concorda que o conceito de número seja uma “consequência imediata das leis puras do pensamento”.³² Por sua vez, também a doutrina dos princípios da matemática de *Russell* almeja demonstrar que as condições das “constantes lógicas” puras são suficientes para determinar e assegurar o sentido do conceito de número. Nem mesmo o ‘intuicionismo’ matemático se opõe ao princípio dessa orientação. Se bem que este se distinga da corrente formalista e logicista na sua conceção da relação entre matemática e lógica, e na determinação dos seus respetivos valores na hierarquia disciplinar, é óbvio que a ‘intuição original’, da qual pretende fazer nascer o número, será tudo menos uma intuição de *objetos* empíricos. Também *Brouwer*, na sua tentativa da fundamentação de uma matemática intuicionista, não parte da representação de coisas, mas antes da posição de uma *relação* principal donde derivam os conceitos de ordem e de número. “Uma espécie P” – assim reza a sua definição – “chama-se virtualmente ordenada, se para os elementos da subespécie dos pares de elementos (a, b) de P é definida uma *relação assimétrica* que se deve designar como *relação de ordem*, exprimida por ‘ $a < b$ ’, ou ‘a antes de b’, ou ‘a à esquerda de b’, ou ‘a menor que b’, ou ‘ $b > a$ ’, ou ‘b após a’, ou ‘b à direita de a’ ou ‘b superior a a’, que possui ‘propriedades de ordenação’ bem determinadas e formuláveis de um modo geral e exato.”³³

Se compararmos este desenvolvimento do conceito de número no domínio da matemática pura com a conceção e a sua configuração na *filosofia* e na *teoria crítica do conhecimento*, deparar-nos-emos com um cenário bem diferente, visto que o perfil das oposições sistemáticas implicadas pelas posições principais se mostrarão muito mais nitidamente. Mesmo que fiquemos dentro dos limites da filosofia ‘crítica’, estas oposições parecerão inconciliáveis. No âmbito do sistema arquetónico da *Crítica da Razão Pura*, a doutrina do número não se enquadra nem na estética transcendental, nem na lógica transcendental. Antes forma um elo intermediário entre ambas. Kant define o número como *esquema* puro da quantidade enquanto conceito do entendimento, porque realiza a apreensão sintética da adição sucessiva que junta Um a outro Um da mesma espécie. Daí que não seja outra coisa a não ser a “unidade de síntese do diverso numa intuição da mesma espécie em geral”, pelo facto de a consciência produzir o próprio tempo na apreensão intuitiva.³⁴ O

³¹ Frege, *op. cit.*, Breslau 1884, p. 59.

³² Cf. [*Filosofia das Formas Simbólicas*], vol. 1, p. 184.

³³ Brouwer, *Zur Begründung der intuitionistischen Mathematik II* (*Mathematische Annalen*, 95, (1926), p. 453).

³⁴ *Kritik der reinen Vernunft*, 2ª ed., p. 182.

desenvolvimento subsequente desta conceção principal pôde optar por dois caminhos diferentes, conforme o destaque que se deu ou no momento do ‘entendimento’ ou no momento da ‘sensibilidade’, ou seja, ou no motivo da *síntese* ou no motivo da *intuição*. Na primeira opção, o número afigurava-se não só como *figura* do pensamento puro, mas antes como o seu protótipo e *origem*. O número não só emergia das leis puras do pensamento, mas antes constituía o ato primeiro e primordial que, em última análise, fundamentava estas próprias leis. “Não pode, obviamente, haver nada para o pensamento”, assim realça o idealismo lógico, “que seja mais originário que o pensamento ele próprio, i.e., a posição de uma relação. Seja o que for que se queira reivindicar como fundamento do número, sempre implicará precisamente a posição de uma relação. Daí que o alegado fundamento apenas possa aparecer como fundamento do número, porque de antemão contém em si o verdadeiro princípio, i.e., a posição de uma relação enquanto pressuposição fundamental.”³⁵ Uma posição fundamentalmente oposta sustenta Rickert na sua obra *O uno, a unidade e o Um*. Rickert não apenas sustenta que o número não se deixa reduzir a elementos lógicos, mas vai muito mais longe ao afirmar que o número é o exemplo paradigmático do ‘alógico’, por meio do qual o epistemólogo crítico possa captar e demonstrar mais puramente a natureza do alógico. Daí que a tentativa de derivar de premissas puramente lógicas um conceito ou uma verdade aritmética, por mais elementares que fossem, seja indubitavelmente vã. “Até uma frase como $1 = 1$ pressupõe, de antemão, um momento capaz de ser vivenciado, ou um momento meramente perceptível, intuitivo, apenas circunscrito pela forma lógica de unidade, mas, de resto, alógico.”³⁶ Todas as tentativas de aceder à natureza do número a partir das premissas da lógica pura parecem assim cortadas na raiz. Porém, também aqui o problema ganha um perfil diferente logo que se considera a teoria de Rickert não apenas pelo seu resultado, mas pela sua *fundamentação* metódica e fáctica. Aí, ficará evidente que o momento pelo qual esta teoria se afasta tão rigorosamente do “idealismo lógico”, e com ajuda do qual combate este último, reside muito menos na conceção rickertiana do número do que na sua conceção da natureza do ‘logos’. No que concerne ao número, Rickert rejeita decidida e claramente uma qualquer tentativa de fundamentação ‘empírica’ ou de dedução do seu sentido e conteúdo a partir das ‘coisas’ da realidade empírica. Mantêm-se intocadas a sua ‘aprioridade’ e ‘idealidade’, como também a sua independência da experiência. Se Rickert o designa, mesmo assim, como configuração ‘alógica’, então quer isso dizer, na sua linguagem, que nada mais do que o objeto ‘número’, ao contrário do objeto lógico, que é constituído pela ‘unidade’ e ‘alteridade’, pela ‘identidade’ e ‘diferença’, tenha um conteúdo *sui generis*. Identidade e diferença constituem, logicamente, a condição mínima sem a qual não se pode pensar um qualquer tipo de objetualidade. Este mínimo, no entanto, não basta para construir os conceitos do ‘Um’ numérico, de ‘quantidade’ e de sequência numérica como sequência ordenada de elementos. “Tomados num sentido *lato*”, assim salienta Rickert, “também os conhecimentos matemáticos são ‘lógicos’, tal como todos os conhecimentos teóricos puros em geral. Contudo, deve haver neles uma qualquer particularidade que se acrescenta ao logos puro, fazendo dele o logos especificamente matemático. Ou seria antes a razão matemática (...) idêntica com a razão puramente lógica? Não será antes que o procedimento dos matemáticos é ‘racional’ apenas num sentido muito particular?”³⁷ Perspetivado desta maneira, o problema que Rickert se coloca a si é, sem dúvida, perfeitamente legítimo, não obstante o facto da articulação imprecisa, e nada adequada do problema, ao designar o número de ‘alógico’, pelo mero facto de não se deixar *absorver* no domínio do lógico. O termo “alógico” sempre criará a falsa ideia de que, na natureza do número, não só é posto algo diferente que transcende a identidade e

³⁵ Natorp, *Die logischen Grundlagen der exakten Wissenschaft*, Leipzig 1910, p. 99.

³⁶ Rickert, *Das Eine, die Einheit und die Eins*, Heidelberger Abhandlungen zur Philosophie, ed. por Ernst Hoffmann e Heinrich Rickert, N.º. 1, 1924, p. 87.

³⁷ Rickert, *op. cit.*, p. 4.

diferença lógicas, mas que este algo diferente é, de um modo qualquer, ‘*alheio* ao pensar lógico’ ou até oposto ao lógico. A mera *particularidade* dos dois campos, porém, não implica de modo algum a sua oposição; a *diferença* específica não cai para fora do gênero, nem o suspende, mas contém antes uma *determinação* mais precisa do próprio gênero. Também o idealismo lógico está longe de afirmar uma simples *coincidência* entre número e ‘lógico’, antes entende o número como *determinação* deste lógico.³⁸ Se se entender o lógico como Rickert o faz, ao tomar a identidade e a diferença, no sentido estrito, como únicas categorias ‘lógicas’, então não poderá haver dúvida de que estas categorias só por si são insuficientes para derivar delas o reino do número e do matemático em geral. A argumentação de Rickert, na medida em que visa apenas fundamentar essa tese, poder-se-ia até simplificar e tornar mais convincente, se tivesse usado as ferramentas que o cálculo lógico moderno, nomeadamente o cálculo das relações, oferece. Pois *identidade* e *diferença* são, na linguagem deste cálculo, relações *simétricas*, ao passo que, para construir o reino numérico e o conceito de uma sequência ordenada em geral, seja imprescindível a relação *assimétrica*.³⁹ Contudo, se se

³⁸ Aqui, no entanto, temos de admitir que *Natorp*, alvo principal da argumentação de Rickert na edição revista do seu artigo sobre o logos, não distingue claramente os dois aspetos. Atendendo a que Natorp queira deduzir o conceito de número desde logo da “síntese do diverso” *enquanto tal*, ao pretender mostrar que a mera presença de espécies diversas dentro de um gênero seja já de antemão uma diferença numérica, parece-me que as objeções de Rickert contra *este* empreendimento são inteiramente justificadas (cf. *Das Eine, die Einheit und die Eins*, particularmente pp. 27ss.). A diferença ‘numérica’ é, sem dúvida, diferente da diferença ‘genérica’ e algo mais que esta. Isto, no entanto, não quer dizer que seja legítimo inferir da não coincidência entre ‘quantidade’ e ‘conceito’ que a quantidade introduz ao conceito um elemento que lhe é estranho e que é ‘alógico’. Trata-se antes do mesmo ato fundamental da “posição de relações” – um pôr que ao mesmo tempo é um distinguir – em que se fundamenta a síntese tanto do conceito como do número; mas este ato lógico ‘especifica-se’ de uma maneira diferente no número e no conceito, sendo o ‘ponto de vista’ de determinação na síntese do número e da sequência e da ordem sequencial. (As exposições que se seguirão neste texto darão uma justificação ainda mais detalhada).

³⁹ Foi sobretudo *Russell* que mostrou que o conceito de “ordem entre elementos” deriva analiticamente da existência de uma relação transitiva assimétrica, pressupondo tal existência até necessariamente (cf. *Principles of Mathematics*, caps. XXIV e XXV; *Introduction to Mathematical Philosophy*, cap. IV). Também Aloys Müller, em *Der Gegenstand der Mathematik mit besonderer Beziehung auf die Relativitätstheorie*, Braunschweig 1922, parte da terminologia e premissa fundamental de Rickert, dizendo que “com a identidade e a diferença, a característica do especificamente lógico, ou seja, do fenómeno primordial lógico, está *completa*.” (p. 31). Sob esta premissa, é perfeitamente coerente concluir que não há nem pode haver uma ‘sequência’ no domínio lógico, de modo que este carece do momento mais importante e absolutamente imprescindível para a construção do número (p. 34). Não é a conclusão, mas antes a sua premissa, que é contestada pela crítica do conhecimento do “idealismo lógico” que, por sua vez, tem um conceito de ‘lógica’ diferente e muito mais rico do que aquele sustentado por *Rickert* e Aloys Müller. Poderia agora aparentar que toda esta discussão assenta, em última instância, numa diferença meramente terminológica, tornando-se daí a própria discussão supérflua. Não será que um pensador tem toda a liberdade de decidir como pretende usar o termo ‘lógico’? De facto, não queremos privar ninguém deste direito. Contudo, há que advertir que o compromisso com a terminologia de Rickert teria como consequência que a *lógica* ela mesma – tanto na sua vertente ‘clássica’ como na moderna de um *Peirce* e *Boole*, *Frege* e *Peano*, *Schröder* e *Russell* – já não se poderia designar de doutrina do “objeto lógico”. Sob o ponto de vista histórico, jamais houve uma *ciência* do lógico que se tivesse restringido àquilo a que Rickert chama o “objeto puramente lógico”. Se houvesse uma tal restrição, então talvez fosse apenas no início da lógica, em Parménides para quem, de facto, o problema da lógica se esgota na distinção entre identidade e diferença, ou seja, ‘ser’ e ‘não ser’. No entanto, já no *Sofista* de Platão se transcende amplamente este ‘fenómeno primordial’ do Um e do Outro, estando no centro deste diálogo a ‘comunidade’ de ideias, a *κοινωνία τῶν γενῶν*, e é somente esta que torna possível uma *ciência* da lógica. Esta comunidade fundamenta-se na relação de *dependência* sistemática entre conceitos e juízos, ou seja, na relação de ‘fundamento’ e ‘consequência’ que vigora entre eles. Este ‘seguir’ lógico, porém, tão pouco se deixa deduzir da mera identidade e diferença como o ‘seguir’ da sequência numérica. Tal como acontece com a relação numérica, também a relação principal da ‘implicação’ constitui algo totalmente novo e próprio, face à mera identidade e alteridade. Mais evidente ainda se torna este hiato se partirmos da nova forma de ‘lógica’ que remonta a *Leibniz*. Esta, pois, almeja captar o *todo* das “formas puras”, das conexões aprioristicamente válidas, estabelecendo para cada uma destas conexões as respetivas leis específicas fundamentadas num cálculo simbólico. Que aquele *mínimo* lógico que Rickert designa de “objeto lógico” jamais bastaria para tal tarefa, como e até que ponto deve ser transcendido, isto ficará mais que evidente se se olhar para

entende o conceito de “forma lógica” na sua plena generalidade, tomando-o como expressão de uma “relacionabilidade em geral” onde se enquadram todas as espécies particulares de relação – as ‘transitivas’ e as ‘intransitivas’, as simétricas, não-simétricas e assimétricas – não se pode negar ao número o acolhimento neste sistema universal. Se bem que o número certamente não esgote este sistema, é igualmente claro que não caia fora dele. Antes pelo contrário, ele é a base fundamental, a pedra angular que não se pode tirar da construção do edifício sem pôr em risco a sua estabilidade e segurança.

Precisamente por representar o *esquema* da ordem e da sequência em geral, o pensamento vê-se obrigado a retornar sempre de novo ao número quando busca captar o *conteúdo* do ser enquanto conteúdo ordenado. É aqui que encontra o meio principal da sua ‘orientação’, por assim dizer, o eixo ideal em torno do qual deixa girar o mundo. Seja qual for a diversidade dos conteúdos ‘dados’, o pensamento sempre irá em busca de lhes imprimir a sua própria norma ideal. Na sequência do primeiro grande entusiasmo aquando do *descobrimento* filosófico e científico do número, os pitagóricos exprimiram esta relação fundamental dizendo que o número *é* o ser, porque o ser não pode ser pensado a não ser como *determinado*, como possuindo uma ‘ordem harmónica’. Ora, determinação e harmonia apenas existem onde reina o número. Mas a par desta fórmula principal, que exprime a *identidade* metafísica de ser e número, vigorava, já nos pitagóricos, uma outra vertente teórica metodicamente mais prudente e concisa. Nela, o número já não é simplesmente o ser, mas antes a “verdade do ser”. A natureza da verdade e a do número têm um parentesco devido à sua essência: uma e outra apenas se deixam apreender através e a partir da outra. Com o desenvolvimento do conhecimento teórico tornou-se, no entanto, evidente que não se podia restringir a forma lógica ao domínio do número e daquilo que se pode contar. O domínio do lógico estende-se, pelo contrário, a tudo aquilo que obedece às leis das conexões necessárias. O domínio do número fornece um exemplo muito esclarecedor de uma diversidade que se constrói segundo leis muito rigorosas, partindo de uma posição principal e fundante a partir da qual se vai construindo, segundo um princípio fixo, uma segunda, terceira, etc., posição, de modo exato e sistematicamente completo. Seja onde for que o pensamento se depare, doravante, com uma configuração do mesmo *tipo* conceptual, terá nesta uma conceção analógica àquela do número. *Leibniz* partiu, nas suas primeiras teorias filosóficas, da ideia de uma *aritmética* universal, alargando esta conceção depois no esboço de uma *combinatória* universal. Esta já não se precisa restringir ao número, podendo abranger, outrossim, configurações de outros tipos, por exemplo pontos, tendo-nos dado *Leibniz*, na conceção da sua *analysis situs*, um exemplo de um puro cálculo sobre pontos. Sempre que é dada uma relação originariamente generativa capaz de determinar completamente a totalidade de um domínio, é preenchida a condição essencial para o reino da forma lógica. Essa condição reside na possibilidade de aplicar repetitivamente a relação principal fundante numa sequência ordenada e regulada de raciocínios, de modo a que se pode alcançar cada elemento de uma totalidade de elementos diversos e, graças a regularidade do procedimento, ‘defini’-lo. Daí que a forma, tomada neste seu sentido inteiramente geral, nunca se restrinja à posição do ‘Um’ e do ‘Outro’ e à sua distinção, mas antes exige que haja possibilidade de determinar um pelo outro. Se esta determinabilidade é ‘dada’ não apenas empiricamente, mas quando “segue” de uma lei necessária e válida para todos os elementos, é possível não só um prosseguimento rigorosamente dedutivo, que passa dum elemento para outro, como também uma sinopse que abrange a totalidade dos elementos num único olhar sintetizante – e é precisamente este modo específico do *olhar*, e não o conteúdo particular que se deixaria exprimir num determinado

a configuração moderna e concreta da ‘lógica’ como se apresenta, por exemplo, na sinopse sistemática de *Russell* e *Whitehead*.

elemento ou numa determinada característica, que determina o objeto como objeto lógico-matemático.

Passo a passo, a lógica e a matemática modernas se foram aproximando do cumprimento deste ideal – se bem que o *postulado* deste ideal tenha sido descoberto, muito antes da sua concretização, pela filosofia sistemática. Numa envergadura surpreendentemente abrangente e geral e numa clareza quase que profética, a ideia básica desta concepção já foi formulada por Descartes.⁴⁰ “*Larvatae nunc scientiae sunt*” – assim reza uma entrada no diário do ainda jovem Descartes, quando tinha 22 anos – “*quae larvis sublatis pulcherrimae apparerent; catenam scientiarum pervidenti non difficiliter videbitur eas animo retinere quam seriem numerorum.*”⁴¹ As ciências, até então justapostas e formando um mero agregado, deveriam ser reunidas em forma de ‘cadeia’, de modo que cada membro esteja vinculado a outro segundo uma regra rigorosa. Ora, ainda Dedekind partiu precisamente deste conceito de ‘cadeia’ que em Descartes contém o germe de um novo tipo de doutrina de ciência em geral, para elaborar a partir dele a sua nova fundamentação da aritmética. O próprio Descartes desenvolveu esta ideia na esperança de alcançar um novo e mais profundo conhecimento do *objeto* da ciência exata graças à conquista de um ponto de vista *metódico* firme e fixo. Aritmética e geometria, estática e mecânica, astronomia e música, parecem lidar com objetos totalmente diversos: todavia, e visto mais de perto, não são outra coisa a não ser momentos, efeitos e realizações diversos da sempre mesma forma de conhecimento. É desta forma que trata a doutrina da ciência geral, a *mathesis universalis*. Esta não se ocupa do número, nem da forma espacial, nem do movimento enquanto tal, mas estende-se antes a tudo que é determinado segundo “ordem e medida”. Determinado desta maneira, o conceito de ordem surge, já em Descartes, como motivo mais geral, o conceito de medida como motivo mais específico. Toda a medição efetuada numa determinada variedade funda-se, em última análise, numa determinada função de ordem, mas nem tudo aquilo que é ordenado é mensurável sem que se acrescentassem certos pressupostos. A verdadeira e autêntica característica do ‘objeto’ da matemática tende, cada vez mais, para se enquadrar *exclusivamente* no conceito de ordem. Em Leibniz, este processo cognitivo está consumado, juntando-se-lhe, com profunda agudeza, a exigência suplementar da correspondência inequívoca entre ordem das ideias e ordem dos *signos*. Apenas com o auxílio dos últimos consegue o pensamento alcançar uma visão sinóptica e ao mesmo tempo sistemática sobre a totalidade dos seus objetos ideais. Cada operação cognitiva deve ser não só exprimível através de uma operação análoga nos *signos*, mas também verificável com base nas regras fixadas para a conexão dos *signos*. Com este postulado alcança-se o patamar da ‘*mathesis universalis*’ moderna. Se bem que se exija aqui uma ‘formalização’ rigorosa no procedimento do raciocínio matemático, não se abandona, de modo nenhum, a “relação com o objeto”: só que os objetos como tais deixam de ser ‘coisas’ concretas – são, antes, formas relacionais puras. Não é o ‘Quê’ dos elementos conectados, mas antes o ‘Como’ da sua conexão que decide se uma determinada variedade pertence ao âmbito dos “objetos matemáticos”. “Se temos uma classe de relações” – assim resume um matemático moderno este posicionamento fundamental – “e se a única pergunta que colocamos visa saber se certos grupos ordenados de objetos satisfazem ou não estas relações, então chamaremos aos resultados destas análises ‘matemáticos’”.⁴² Nesta concepção do matemático, este é o princípio alargado para além do seu domínio ‘clássico’ que abrangia a ‘quantidade’ e a ‘dimensão’. A ciência da combinação, já em Leibniz se define como “*scientia de qualitate in genere*” –

⁴⁰ Cf., a este respeito, o meu texto sobre o problema do conhecimento, 3ª ed., vol. I, pp. 445ss.

⁴¹ *Oeuvres inédites* de Descartes, ed. por Foucher de Careil, Paris 1859, p. 4.

⁴² M. Bôcher, “The fundamental concepts and methods of Mathematics”, *Bulletin of the American Mathematical Society*, vol. XI (1905), p. 115; cf. particularmente a definição da matemática, por Gregor Itelson, como “ciência dos objetos ordenados” (*Revue de Metaphysique et de Morale*, XII, [1904], p. 1037). Cf. também A. Voß, *Über das Wesen der Mathematik*, 3ª ed., Leipzig 1922, pp. 26ss.

equiparando Leibniz a qualidade com a ‘forma’ no sentido maximamente geral. De facto, também a matemática moderna possui uma série de disciplinas nas quais já não se pode falar de uma consideração ou comparação de ‘quantidades’ extensas. Na geometria temos, para além da geometria ‘métrica’, a geometria projetiva como disciplina autónoma que não precisa para a sua formação de nenhuma relação específica de quantidades ou do aspeto de ser maior ou menor. O mesmo vale para a *analysis situs* e para a característica geométrica fundada por Leibniz e desenvolvida por Hermann *Graßmann* que se baseia diretamente nas ideias fundamentais de Leibniz. E mesmo na área da *aritmética* tem-se verificado que a determinação através do conceito de quantidade é demasiado estreita. A teoria das substituições não apenas complementa as teorias do número desenvolvidas pela aritmética elementar, chegando-se, pelo contrário, à conclusão de que as teorias básicas do número apenas se deixam construir com todo o rigor se forem derivadas da teoria da substituição.⁴³ A partir daqui, o caminho leva-nos diretamente ao conceito que é tido como o conceito mais característico da matemática do século XIX.⁴⁴ As investigações sobre grupos de trocas de letras levaram à conceção do conceito *geral* de grupo de operações e, daí, à *teoria dos grupos*. Esta disciplina não apenas ‘acrescenta’ ao então sistema da matemática um domínio importante, antes torna-se, ao longo do seu desenvolvimento, cada vez mais claro que se encontrou aqui um *motivo* novo e extensíssimo do pensamento matemático. O famoso “Erlanger Programm” de Felix *Klein* mostra-nos como a “forma interior” da geometria se modifica sob o impacto deste motivo. Subordina-se a geometria como caso específico à teoria dos invariáveis. O aspeto comum das diversas geometrias é a circunstância de que cada uma se concentra em determinadas características básicas de configurações espaciais, tomando-as como invariáveis com respeito a determinadas transformações. O que as distingue é o facto de que cada uma das geometrias se caracteriza pelo respetivo grupo de transformações escolhido.⁴⁵ Dada a influência que a teoria dos grupos exerceu sobre outras disciplinas matemáticas fundamentais – mencionaremos apenas o impacto da teoria dos grupos transformacionais de *Lie* sobre a teoria das equações diferenciais – parece legítimo partir do princípio de que esta teoria tenha um estatuto peculiar também no âmbito de uma *teoria crítica do conhecimento*. E há, realmente, uma conexão metódica íntima entre o conceito fundamental de número e o de grupo. Visto da perspetiva da teoria crítica do conhecimento, este último conceito reconsidera, a partir de – por assim dizer – um patamar superior, o mesmo problema donde partiu o conceito de número. A criação da sequência numérica começou com a fixação de um primeiro ‘elemento’ e a indicação de uma regra cuja aplicação repetitiva permitiu a geração contínua de novos elementos. Todos estes elementos formaram uma unidade pelo facto de cada conexão resultante da junção de elementos constituir ela mesma um novo ‘número’. Ao formar a ‘soma’ de dois números a e b , ou a sua ‘diferença’, ou o seu ‘produto’, etc., então os valores $a + b$, $a - b$, $a \times b$, não caem fora da sequência base, mas antes pertencem-lhe como valores determinados ou deixam relacionar-se, por outros meios e segundo regras fixas, com os valores da sequência básica. Por mais longe que seja que avancemos na formação de novas sínteses, estaremos sempre seguros que a moldura lógica, dentro da qual se move a nossa análise, por mais alargada que seja, jamais se quebrará. A ideia de um ‘reino dos números’ quer dizer precisamente isto, que a sucessiva aplicação das mais variadas e extensas operações aritméticas, em última instância sempre retornará aos elementos aritméticos. É precisamente este aspeto que é elevado, na teoria dos grupos, à rigorosa e verdadeira generalidade. Nela,

⁴³ Cf. a este respeito a descrição da aritmética por O. Stolz e A. Capelli; veja-se, a título de exemplo, Hölder, *Die mathematische Methode*, Berlin 1924, pp. 175ss.

⁴⁴ Cf. Hermann Weyl, “Philosophie der Mathematik und Naturwissenschaft“, (*Handbuch der Philosophie*, ed. por A. Baeumler e Manfr. Schröter, Abteilung II A, p. 23).

⁴⁵ Cf. Felix Klein, “Vergleichende Betrachtungen über neuere geometrische Forschungen“, in *Mathematische Annalen*, vol. 43, p. 184.

pois, é suspenso o dualismo entre ‘elemento’ e ‘operação’: a própria operação torna-se elemento. Um conjunto de operações forma um grupo se respetivamente duas operações, realizadas sucessivamente, tiverem um resultado que se pode obter também ao realizar apenas uma única operação, sendo essa membro do mesmo conjunto. O ‘grupo’ não é outra coisa a não ser a expressão exata para um domínio ‘fechado’ de operações, ou seja, um *sistema* de operações. A teoria dos grupos de transformações, seja que a relacionemos com grupos finitos e discretos, seja com grupos transformacionais contínuos, pode ser designada, de um ponto de vista lógico, como uma nova ‘dimensão’ da aritmética: pois é uma aritmética que não trata de números, mas antes de ‘formas’, de relações e de operações. Também aqui se revela que a crescente submersão no mundo das formas e das suas leis internas traz consigo um passo à frente na direção rumo ao ‘real’, i.e., um progresso no nosso conhecimento da realidade. A palavra de Leibniz: ‘*le réel ne laisse pas de se gouverner par l’idéal et l’abstrait*’ confirma-se também aqui. Tal como *Kepler* tinha dito do número que é o “olho do espírito” através do qual a realidade se torna visível, valerá o mesmo da teoria dos grupos – tida como o exemplo brilhante da matemática puramente intelectual⁴⁶ – em que certas relações do domínio da física somente se tornaram totalmente entendíveis graças a ela. Foi com base no conceito de grupo que *Minkowski* conseguiu encontrar uma forma puramente matemática para resolver a problemática da teoria da relatividade especial, aclarando-a assim de um ponto de vista totalmente novo. A sua teoria da ‘métrica do espaço’, orientada também no conceito de grupo, deu ainda um contributo importante para o debate sobre questões fundamentais na física moderna, ao despir alguns conhecimentos recentemente descobertos do seu caráter ‘aleatório’, permitindo tratá-los a partir de um ponto de vista sistemático e geral.⁴⁷

Tentando resumir, com base nestas considerações teóricas gerais, qual o estatuto do número no sistema geral da matemática, deparamo-nos com a necessidade de distinguir muito claramente dois momentos que ao longo da história do desenvolvimento do problema se cruzaram e entrelaçaram intimamente. Já na doutrina pitagórica encontramos uma oscilação característica na expressão da ideia fundamental. A par da fórmula principal segundo a qual todo o ente *é*, por natureza, número, há outras fórmulas segundo as quais todo o ente ‘imita’ o número, participando, devido a esta imitação, no número. Nos fragmentos de Filolau não apenas se diz que as coisas *são* números, mas antes que todo o cognoscível, seja qual for a sua constituição, *tem* o seu número.⁴⁸ Este ‘ter’ parece, à primeira vista, ser uma relação estranhamente ambígua e difícil de entender, uma vez que inclui unidade e alteridade, identidade e diferença – distinguindo e *separando*, por um lado, ‘ser’ e ‘número’, para, por outro lado, medir *um pelo outro*, estabelecendo assim uma conexão indissolúvel entre eles. Sempre de novo volta a surgir, da *tensão* principal entre estes motivos, a ameaça de uma *controvérsia* dialética. Apenas a matemática moderna conseguiu criar os meios que permitem manter a tensão e, ao mesmo tempo, dominá-la racionalmente. Entendeu não só a polaridade aqui premente, mas conseguiu também desenvolvê-la, apreendendo-a como correlação pura. Tornou-se assim evidente que o domínio dos objetos, com o qual lida a matemática, não se deixa *reduzir* ao meramente quantitativo, ou seja, à quantidade e ao número. Por outro lado, mantém-se em vigor a constante *recondução* de todos os objetos matemáticos ao número e à sua forma fundamental de ordenação. O caminho que leva ao além do número voltará, sempre de novo, ao número. É preciso conjugar e sintetizar as duas tendências para entender como a matemática moderna é estruturada. Por muito que transcenda, no domínio dos seus objetos, o reino dos números, não se desprende dele metodicamente. “A antiga explicação da matemática como doutrina do número e do espaço”, salienta Hermann *Weyl*, “foi considerada, na

⁴⁶ Cf. H. Weyl, *Philosophie der Mathematik*, p. 23.

⁴⁷ Cf. a este respeito H. Weyl, *Raum, Zeit, Materie*, 4ª ed., pp. 124ss.

⁴⁸ Cf. Filolau, Fragmento 4, (Diels, 32 B): καὶ πάντα γὰ μὲν τὰ γινωσκόμενα ἀριθμὸν ἔχοντι οὐ γὰρ οἷόν τε οὐδέν οὔτε νοηθῆμεν οὔτε γνωσθῆμεν ἄνευ τούτου.

sequência dos desenvolvimentos recentes na matemática, como demasiado estreita. Contudo, não pode haver dúvida alguma que mesmo em tais disciplinas como a geometria pura, a *analysis situs*, a teoria dos grupos, etc., sempre se estabelece uma relação entre os objetos tratados e os números naturais.”⁴⁹ Preserva-se assim, precisamente no alargamento que ocorreu na matemática mais recente, a tendência para a ‘aritméticação’. Ou seja, esta tendência revela-se até com a maior nitidez. Todos os grandes pensadores que marcaram decisivamente o cunho da matemática do século XIX contribuíram para o constante desenvolvimento desta temática. *Gauß*, que chamou à matemática rainha das ciências, distinguiu a aritmética como rainha da matemática.⁵⁰ Neste mesmo sentido velou Felix Klein por uma sistemática “aritméticação da matemática”.⁵¹ Também o *asseguramento* definitivo do conhecimento matemático pareceu vinculado a este caminho. *Hilbert*, por exemplo, demonstrou a ausência de contradição da geometria através de um procedimento que permitiu projetar inequivocamente elementos e axiomas da geometria a variedades puramente aritméticas. Se se pode demonstrar que e porque não pode haver contradições numa tal variedade aritmética, assegurar-se-á assim também a ‘coerência’ no campo da geometria. Deste modo, Hilbert toma a ordem numérica como camada fundamental ulterior do “pensamento axiomático” que é a característica da matemática enquanto tal. O procedimento do método axiomático consiste no aprofundamento contínuo dos fundamentos dos diversos campos da matemática, embora só possa haver uma justificação e daí um *asseguramento* verdadeiramente radical quando se consegue vincular os axiomas de um determinado campo de saber aos axiomas do número. “Tudo aquilo que se pode tornar objeto do pensamento científico em geral”, termina assim *Hilbert* as suas exposições, “subordinar-se-á, logo que seja maduro para entrar na formação de uma teoria pura, ao método axiomático e assim, mediaticamente, à matemática. Ao passo que entramos nas camadas cada vez mais profundas da axiomática, alcançamos também conhecimentos cada vez mais profundos sobre a natureza do pensamento científico e inteiramo-nos, cada vez mais nitidamente, da unidade dos nossos saberes. Sob o signo do método axiomático parece a matemática ser destinada para desempenhar um papel primordial na ciência em geral.”⁵² Tudo isto evidencia que a especificidade da matemática moderna é determinada não tanto pelo número enquanto *conteúdo* do pensamento, mas muito antes como *tipo* de pensamento. Contudo, se definirmos destarte a “matemática pura” como “ciência dos números”, e os números como “signos criados por nós para as capacidades de ordenação da nossa razão”⁵³, levantar-se-á, com maior urgência, a pergunta pela verdade dos próprios signos. São estes *meros* signos sem significado objetivo, ou terão antes um *fundamentum in re*? E, caso o tenham, onde teremos que buscar este fundamento? Será que nos é fornecido de uma forma já acabada pela ‘intuição’, ou terá que ser alcançado e assegurado fora e independente de todos os dados da intuição, nos atos autónomos da razão, na espontaneidade pura do pensar? Ao colocar estas perguntas, encontramos-nos no centro e foco da disputa metódica atual sobre o sentido e o conteúdo dos conceitos fundamentais da matemática. Não podemos entrar aqui nos detalhes desta disputa, nem na questão da sua origem, podemos somente colocar a questão da sua significância no âmbito do nosso problema fundamental, do problema do “pensamento simbólico”, atentando no seu contributo para o esclarecimento deste problema.

⁴⁹ Weyl, *Das Kontinuum. Kritische Untersuchungen über die Grundlagen der Analysis*, Leipzig 1918, p. 17.

⁵⁰ Sartorius von Waltershausen, *Gauß zum Gedächtnis*, p. 79 (apud A. Voss, *Über das Wesen der Mathematik*, 3ª ed., p. 113).

⁵¹ F. Klein, *Über die Arithmetisierung der Mathematik*. Nachrichten der Göttinger Gesellschaft der Wissenschaften, 1895.

⁵² Hilbert, “Axiomatisches Denken“, *Mathematische Annalen*, Vol. 78 (1918), p. 415.

⁵³ Cf. A. Voss, *op. cit.*, pp. 29ss., 106ss.

